

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 465
1 de Dezembro de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e Impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

APU É A SOLUÇÃO APU A FORÇA NECESSÁRIA



A juventude, uma força crescente da campanha da APU • O tenente-coronel Alfredo Moura, candidato APU à Câmara de Lisboa, na primeira noite das colagens que envolveu mais de mil activistas que colocaram mais de 60 mil cartazes • Porta-a-porta em Lisboa • Com Álvaro Cunhal na Amadora... • ...em Montelavar... • ...e em Foros de Salvaterra - **Págs 4, 5 e 6**

Ao trabalho! Temos mais dez dias!

As ideias e os factos

- A situação política no discurso do Álvaro Cunhal na Amadora (páginas centrais) e na nota da comissão Política do CC do PCP - Pág. 3
- OGE: o roubo continua - Pág. 3
- Toda a história das calúnias de Ângelo Correia - Suplemento

Álvaro Cunhal no distrito de Portalegre (sexta e sábado) e nos concelhos de Sintra (domingo) e Loures (quarta feira, 8).
Programa nas páginas centrais



... e a luta continua!

Camponeses do Baixo Mondego bloquearam a Estrada Nacional protestando contra as mentiras do governo quanto ao pagamento do subsídio do arroz • Lutas na Setenave, Lisnave, Função Pública, EDP, Médicos Professores, Comércio e Serviços

Págs. 2 e 7

SEMANA

24

Quarta-feira



Guedar Aliev

Quer o PS quer a «AD» recusam-se, na Assembleia da República, a ponderar sequer as razões do veto presidencial à Lei de Defesa Nacional, afirmando-se dispostos à partida a não alterar minimamente o diploma; os restantes partidos com representação parlamentar, embora com pontuais diferenças de interpretação parlamentar, embora com pontuais diferenças de interpretação, declararam-se dispostos a reapreciar o texto, tendo designadamente em conta as observações formuladas pelo PR; o PCP anunciaria a intenção de apresentar propostas de alteração ao diploma ■ O Governo «AD» firma com o ex-banqueiro Jorge de Brito um acordo que prevê a criação de uma sociedade (a «Brifina») destinada a «dinamizar o sector imobiliário» e para a qual o Estado entrará com 50% do capital; os outros 50% pertencem a Jorge de Brito, que entra para a sociedade com 21 empresas falidas, transformando mais uma vez dívidas em «capitais» ■ Segundo os dados apurados após o encerramento dos prazos de apresentação de candidaturas, a APU concorre em 301 Câmaras e Assembleias Municipais das 305 do País, PS em 300 e «AD»/PPD/CDS em 298 ■ Guedar Aliev é eleito pelo Soviete Supremo da URSS primeiro vice-primeiro-ministro do Governo do País, ficando assim no segundo lugar da hierarquia do Governo soviético, a seguir a Nikolai Tikhonov, o primeiro-ministro ■ No Japão Yasuhiro Nakasone assegura a presidência do Partido Democrata Liberal (PLD) e a designação para primeiro-ministro pelo parlamento, na próxima sexta-feira

25

Quinta-feira



Begin em causa

A Comissão pró-sindical da PSP manifestou-se contra a manutenção na Lei de Defesa Nacional da proibição, durante um período de seis meses, do direito de associação sindical para os polícias; num comunicado de congratulação pelo veto presidencial à lei (que entretanto foi confirmada, em segunda votação, na generalidade, em todos os seus aspectos, pelo PS e a «AD» na AR), esta comissão lembra que «a legislação nacional e as convenções internacionais apontam, inequivocamente, para a livre formação da associação sindical da PSP» ■ O Governo da Guiné-Bissau decide entregar à Setenave o contrato de assistência técnica e gestão dos seus estaleiros navais; os termos do contrato serão decididos, muito em breve, em Lisboa ■ O rei Juan Carlos de Espanha inaugura a nova legislatura espanhola resultante das eleições de Outubro passado ■ A imprensa israelita faz-se eco da «estupefacção» que provocou nos círculos dirigentes do Governo e do Exército israelita o anúncio, pela Comissão oficial de Inquérito aos massacres de Sabra e Chatila, de que as informações já reunidas poderão «ser prejudiciais» a nove dirigentes sionistas, incluindo o primeiro-ministro Menahem Begin

26

Sexta-feira



António Moura

«AD» e PS votam em silêncio e sem «explicações» contra todas as propostas de alteração à Lei de Defesa Nacional apresentadas pelo PCP (28), MDP/CDE (13), ASDI (5) e UEDS (5) ■ Alfredo Moura, cabeça de lista da APU à Câmara de Lisboa, admite em conferência de imprensa a hipótese desta coligação vir a conquistar a presidência do município da capital, sublinhando que «não fazemos afirmações demagógicas — dizemos simplesmente que ela está ao nosso alcance e que continuaremos a trabalhar com muita força para pôr os ideais de Abril a governarem Lisboa, para bem da população e de todo o País» ■ Os trabalhadores da EDP aderem a 90% a uma greve de 24 horas contra a destruição desta empresa nacionalizada, apesar das fronteiras violações à lei da greve praticadas pelo Conselho de Gerência ■ O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que recebeu a maior parte dos votos do eleitorado do país nas eleições gerais do passado dia 15, declara que vai exigir o restabelecimento da eleição directa do presidente da República

27

Sábado

O Orçamento Geral do Estado para 1983 prevê despesas no valor global de 648,4 milhões de contos, um terço dos quais absorvidos por operações de dívida pública; trata-se, segundo o PCP, de um OGE voltado para aprofundar o desastre económico e financeiro e para piorar profundamente o nível da vida dos portugueses ■ Pela primeira vez desde o início do escândalo do Banco Ambrosiano, o Vaticano reconhece formalmente que o seu próprio banco, o Instituto para as Obras de Religião (IOR), está implicado, «mas sem o saber», nos problemas financeiros do Banco Ambrosiano ■ Segundo um comunicado de um seu porta-voz em San José da Costa Rica, a FMLN tomou o controlo da cidade de Anamores, no nordeste de El Salvador, após violentos combates travados com as forças governamentais

28

Domingo

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, visita várias localidades do concelho de Sintra, acompanhado por candidatos APU a órgãos autárquicos da região, tendo considerado, nomeadamente, que há bons indicadores de que a «AD» vai ter uma grande quebra na votação nas eleições de 12 Dezembro ■ O CDS da Madeira considera que é «transparente e líquido» que o PS pretende manter «com o PSD regional um clima favorável a uma estratégia comum que conduza ao derube da AD e à constituição de um bloco central» ■ A «ala esquerda» do Partido Liberal da RFA, oposta à linha política de Hans-Dietrich Genscher, afirma-se decidida a criar uma nova formação política de tendência «socio-liberal» ■ Segundo anúncio um comunicado do ministério dos NE argelino, o «Comité dos Sete» (Argélia, Tunísia, Marrocos, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e OLP) não se deslocará a Londres face à recusa das autoridades britânicas em receberem o representante da OLP; este «Comité» foi encarregado pela cimeira árabe de Fez de expor o plano de paz árabe para o Médio Oriente aos dirigentes dos cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU

29

Segunda-feira

Produtores de arroz do Baixo Mondego, após uma concentração em Montemor-o-Velho, com cerca de 400 tractores, dirigem-se para Pombal, onde cortam a estrada Lisboa-Porto. Os agricultores em luta exigem preços justos para o arroz. Na jornada participaram mais de mil produtores ■ A campanha eleitoral para as eleições autárquicas começa oficialmente às zero horas ■ O Presidente da CNE recorda que a RTP e os meios de comunicação não poderão ser utilizados como meios de propaganda durante a campanha eleitoral que decorre até 10 de Dezembro ■ No decorrer duma conferência de imprensa, Silva Garcia denuncia que a Polícia Municipal de Lisboa faz inquéritos em bairros degradados prometendo novos alojamentos se os inquilinos votarem em Abecasis ■ O Presidente da República visita as novas instalações da FNAC Fábrica Nacional de Ar Condicionado, União de Cooperativas de Responsabilidade Limitada, em Camaxide ■ Termina em Genebra a reunião ministerial dos países subscritores do Acordo Geral das Tarifas Aduaneiras (GATT). Foi aprovado um texto em que se denota a «guerra comercial» entre os EUA e a CEE ■ A tripulação da estação orbital soviética «Saliut-7» ultrapassa os 200 dias no espaço ■ Realiza-se mais um Dia Internacional da Solidariedade como o Povo Palestiniano. Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, divulga uma mensagem especial.

Editorial

APU A SOLUÇÃO — APU A FORÇA NECESSÁRIA!

Desde a meia-noite de segunda-feira está oficialmente aberta a campanha para as eleições autárquicas de 1982.

A dez dias de um acto eleitoral que é de ampla participação e conteúdo democrático e destinado a uma forte repercussão na vida política nacional, avolumam-se factores que inevitavelmente exercerão vincada influência no sentido do voto dos portugueses.

Multiplicam-se as manifestações de uma crise profunda e generalizada. As condições de vida dos trabalhadores e de todas as famílias de modestos recursos, representando a imensa maioria da população portuguesa, agravam-se numa escala sem precedentes. Uma preocupante insegurança no dia de amanhã instalou-se na consciência dos portugueses.

No âmago desta crise está, como temos insistentemente afirmado, a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral, a sua incompetência governativa, a corrupção, a incapacidade de resposta para os graves problemas que afligem o povo e impedem o desenvolvimento do País.

Trata-se de uma complicada situação de carácter objectivo não propriamente circunstancial porque é resultante de um longo processo de destruição das conquistas económicas e sociais do 25 de Abril, desencadeado por forças hostis à democracia e levado à sua expressão mais aguda pela des governação «AD».

Esta situação objectiva que as forças concorrentes às eleições do dia 12 — com a natural exclusão da APU — procuram confundir e enfrentar com expedientes subjectivos e por parte do Governo com medidas superficiais e demagógicas, não pode ser superada sem medidas políticas de fundo, a primeira das quais, a mais urgente e decisiva é a demissão da actual equipa governante, o afastamento da «AD» da área do Poder, a criação de condições necessárias a uma alternativa democrática.

Vê-se assim que as eleições do dia 12, seguramente uma grande jornada política de reforço e alargamento das posições democráticas nos órgãos de Poder Local, não podem ser separadas da grave situação social que se vive no País nem das grandes soluções políticas indispensáveis a uma saída democrática para a crise.

O que já se conhece do Orçamento Geral do Estado é de molde a suscitar uma profunda inquietude popular quanto ao futuro imediato que o Governo «AD»/Balsemão/Freitas reserva aos portugueses.

Conhecido já nas suas linhas gerais, compreende-se melhor porquê o Governo teve medo de apresentar o OGE à discussão na Assembleia da República antes das eleições.

É de facto um OGE virado contra os interesses vitais dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e empresários da indústria e do comércio; contra a expansão e a simples prestação mediana de serviços essenciais à vida das populações; contra o ensino e a cultura; contra a saúde, a habitação e a segurança social dos portugueses.

O Governo «AD» que tem aberto as portas e o erário público aos interesses das classes abastadas, em particular dos grandes capitalistas e latifundiários expropriados no processo da Revolução de Abril, elaborou um OGE que a maioria reaccionária do Parlamento se prepara para deixar passar e que representa um fardo ainda mais pesado sobre o dorso dos trabalhadores e das classes e camadas médias da população.

Aliás, Balsemão, na sua canhestra falação televisiva de há dias foi claro pelo menos numa coisa: nas ameaças contra os trabalhadores, concretizadas nas verbas do OGE.

Balsemão anunciou como intenções orçamentais a imposição de um tecto salarial de 17% — uma «autolimitação» dos salários (que raro quererão eles dizer com aquilo?) numa taxa de inflação que o próprio Governo, sem nenhuma base séria, prevê venha a atingir os 20% — o que à partida e desde logo significaria uma quebra de 3% nos salários.

Por outro lado o Primeiro-Ministro «dourou» o aumento dos impostos e a sua natureza discriminatória contra as pequenas economias e rendimentos sob uma vaga referência à imposição de «diferenciais».

Nacional

Agricultores do Baixo Mondego firmes na luta

Pouco passava das 20 horas da última segunda-feira quando uma coluna composta por mais de 200 tractores e reboques e perto de dois mil agricultores, interrompendo a sua marcha na direcção de Lisboa, cortou o trânsito da Estrada Nacional n.º 1, a 8 quilómetros de Pombal. No sentido Norte-Sul a circulação de veículos foi completamente interrompida e na direcção contrária o tráfego foi desviado em Pombal para a Figueira da Foz.

Esta poderosa acção de protesto dos produtores de arroz do Baixo Mondego, indicador claro da sua unidade, firmeza e combatividade, teve em vista obrigar o Governo a garantir o pagamento do arroz a 26\$50 por quilo.

Provenientes dos vários concelhos da região, apetrechados com o fanel, mantas, lenha e fogareiros, as largas centenas de agricultores cedo começaram a chegar — os primeiros já lá estavam às três da manhã — a Montemor-o-Velho, local escolhido para a concentração.

A exemplo do que se passara no dia 27 de Outubro com a grandiosa concentração em Coimbra, o dispositivo montado pela GNR na véspera e no próprio dia, e que cobria praticamente as redondezas, chegando inclusive a Condeixa, não surtiu o efeito desejado. A manobra de intimidação, com o

evidente intuito de desmobilizar, os agricultores responderam com uma grande serenidade e com a sua presença firme.

Mantendo-se em Montemor durante toda a manhã, só pelas 14 horas uma delegação dos agricultores se dirigiu a Coimbra com o objectivo de entabular conversações com o governador civil e com o director regional do MACP.

Sem obter qualquer resposta por parte destas entidades, a delegação regressa a Montemor cerca das 17 horas, altura em que os presentes na concentração decidem arrancar na direcção a Lisboa. Determinados a fazer valer as razões da sua luta, os agricultores avançam então pela estrada, sem que a GNR, embora o tentasse, os impedisse de levar por diante os seus propósitos.

Dado o avançado da hora, quando se aproximavam de Pombal, os agricultores resolveram parar, cortar o trânsito e manter-se no local durante toda a noite.

Recorde-se, entretanto, que esta jornada dos orizicultores do Baixo Mondego, decidida num plenário recentemente realizado em Montemor-o-Velho, surge na sequência de um processo que se arrasta há meses durante o qual têm visto sucessivamente goradas as suas justas pretensões de ob-

ter, entre outras reivindicações, um preço justo para o arroz. Determinantes para esta acção foram, contudo, os resultados infrutíferos das negociações estabelecidas entre o Governo e os agricultores através da comissão negociadora constituída a

partir da histórica concentração em Coimbra, em finais de Outubro último.

No decorrer das conversações o Governo apenas aceitou alguns aspectos considerados de menor importância pelo que, no entender dos agri-

Balsemão na RTP

1. A comunicação feita ontem pelo Primeiro-Ministro, numa enunciação televisiva onde foi patente uma total mediocridade, teve em vista, fundamentalmente, escamotear as enormes responsabilidades do Governo AD, esconder as reais proporções da gravíssima crise económica, financeira e social para que os governos do PSD e do CDS empurram o País e encobrir a verdade sobre as medidas desastrosas que o Governo da AD pretendia impor no próximo ano.

2. A verdade, porém, é que a AD, o PSD e o CDS, há três anos que estão directamente no Governo e nesse período, entre muitos outros resultados catastróficos, conseguiram tri-

plicar a dívida externa, fizeram os défices da balança comercial ascenderem a quase mil milhões de contos, a inflação atingir de forma acumulada 78 por cento, aumentaram o desemprego, agravaram todos os problemas sociais — saúde, habitação, ensino, segurança social —, degradaram fortemente as condições de vida da população.

3. O Primeiro-Ministro falou com propositalidade ligeireza do Orçamento Geral do Estado que já devia ter apresentado em 15 de Setembro.

Mas hoje a opinião pública pode já ficar a saber que se trata de um OGE voltado para aprofundar o desastre económico e financeiro e para piorar profundamente o nível de vida dos portugueses, isto quando os indicadores oficiais revelam já uma taxa de zero por cento quer para o investimento quer para o crescimento do produto e quando a taxa oficial de inflação é superior a 23 por cento.

4. Com efeito o OGE, no quadro de um vastíssimo conjunto de medidas lesivas dos interesses populares e das necessidades nacionais, consagra um aumento de 32,4 por cento dos impostos indirectos

fome» no Rossio em que participaram milhares de trabalhadores;

— A paralisação do dia 29 dos trabalhadores da Segurança Social, com uma grande participação, a que aderiram os médicos filiados no Sindicato do Sul, e as lutas e acções dos Professores da Zona Sul;

— A importante greve nacional de 24 horas da EDP no passado dia 26 contra as ameaças de desmembramento e privatização da empresa.

De um grande significado é a firme luta de mais de mil produtores de arroz do Baixo Mondego, com o desfile de centenas de tractores e o corte da estrada nacional Lisboa-Porto, por um preço de 26\$50 por quilo do arroz produzido, pelo subsídio de 14,4 contos por hectare, pelo escoamento da produção e a paragem das importações que só no ano em curso ascenderam a 90 milhões de contos.

São expressões vivas e combativas de um processo de luta que necessariamente se intensificará, que conta com a solidariedade activa de toda a população laboriosa do País e que determinará numa larga medida o voto de milhões de portugueses contra a «AD» e o seu aliados directos e indirectos nas eleições do próximo dia 12.

A campanha eleitoral pelo Poder Local democrático tem também no OGE um forte incentivo de luta contra o Governo «AD»: a nova não aplicação da Lei das Finanças Locais e o consequente roubo às autarquias de 61 650 mil contos, quase o dobro do ano passado.

Foi lançando-se numa acção viva, dinâmica, estreitamente inspirada na defesa dos interesses e do bem-estar das populações, que a APU — Aliança Povo Unido — iniciou a sua campanha eleitoral.

Por toda a parte os candidatos e activistas da APU encontram o acolhimento caloroso, a abertura ao diálogo e a compreensão e simpatia de milhares de portugueses.

Por toda a parte o sentimento de repulsa, de desencanto, de hostilidade para com a «AD» e o seu Governo é uma característica geral.

Mas as posições de Mário Soares, a linha de alianças à direita e de divisão à esquerda da direcção do PS, enchem igualmente de indignação os democratas portugueses, em especial os socialistas que desejam ardentemente defender a democracia e o 25 de Abril.

O secretário-geral do PS só fala contra a «AD» por simples disputa eleitoralista e não por oposição de facto à política de descalabro do Governo «AD». É uma cortina de fumo para ocultar os seus conluios com a direita na sequência dos que se estabeleceram para a revisão da Constituição e aprovação das leis complementares.

Em contrapartida, activa as prédicas anticomunistas, alia-se nas formas mais variadas com a reacção governante contra a APU, fala da unidade com os comunistas mas num outro universo.

Mário Soares referiu hipóteses de «unidade» com os comunistas quando estes, como dizia com chiste um deputado do PS... «deixarem de ser comunistas!»

É uma particularidade da campanha eleitoral para as autarquias do dia 12 que não poderá deixar de merecer o combate firme às posições divisionistas de Mário Soares e do seu grupo e de reforço da unidade com os socialistas que aspiram defender Abril.

A derrota da «AD» ganha contornos precisos; o voto de muitos milhares de portugueses que estão enganaram com as suas promessas e as suas medidas demagógicas vai voltar-se contra eles.

Identicamente aparece cada vez com maior clareza que o voto no PS e nos pequenos agrupamentos de fachada esquerdista não é um voto útil, é um voto na continuação da «AD», na aliança mortal com a direita.

É o voto na APU que se afirma de maneira crescente como o voto seguro e certo na defesa e alargamento de um Poder Local autenticamente democrático.

APU a solução, APU a força necessária. Vota APU!

Estas, as legítimas reclamações pelas quais os produtores de arroz do Baixo Mondego, revelando uma maturidade de classe e um admirável espírito de luta, se mantêm firmemente dispostos a lutar, até à sua completa satisfação.

em 100 000 contos à transferência em 1982, o que significaria uma redução em termos reais nunca inferior a 25 por cento.

Com tais cortes de verbas para investimentos, as autarquias seriam forçadas a lançar menos obras com graves consequências para a resolução dos problemas das populações, para o emprego e as actividades económicas nos respectivos concelhos.

6. Está à vista a completa falência da política e dos governos da AD. Não é com a mesma política e com os mesmos governos que provocaram a crise que Portugal pode emprender o caminho da recuperação económica, do progresso e desenvolvimento nacional, do bem estar do povo.

7. A comunicação do Primeiro-Ministro comprova que já há muito o Governo da AD devia ter sido demitido e a Assembleia da República dissolvida para a realização de novas eleições legislativas.

Está nas mãos do Povo português dar uma contribuição decisiva para esses objectivos de grande interesse nacional sejam finalmente alcançados.

27.11.82/A SIP do PCP



Proletários de todos os países: UNI-VOSI

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Awanite, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDE, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrúlia — 3000 Coimbra Tel. 31266.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Hepta Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Outubro: 47 350

Nacional

Nota da Comissão Política

A aliança PS-AD na reaprovação da Lei de Defesa

1. O facto da direcção do Partido Socialista ter obrigado o seu grupo parlamentar a reaprovar, em conjunto com os partidos da AD, a Lei de Defesa Nacional vetada pelo Presidente da República, coloca ainda mais claramente todos os democratas portugueses perante a irrecusável realidade política da profunda e permanente aliança de Mário Soares e da direcção do PS com a AD.

Nem a continuada prática dos acordos e entendimentos da direcção do PS com a direita nos mais variados domínios da vida nacional torna menos chocante a circunstância deste novo casamento de votos AD/PS para ultrapassar o veto do Presidente da República ter sido saudado com aplausos de alguns deputados socialistas, encaixados pelo próprio Mário Soares, conjuntamente com as bancadas da AD.

A instrumentalização das Forças Armadas

2. Ao reaprovar uma Lei de Defesa Nacional que agrava calculadamente as alterações já extremamente perigosas impostas na revisão constitucional pelos acordos AD/PS, a direcção do PS testemunha de novo o seu activo empenho em assegurar o domínio, a instrumentalização e a partidização das Forças Armadas pelo Governo AD e por Freitas do Amaral.

A direcção do Partido Socialista assume assim perante o povo e o País a histórica responsabilidade de, contra a opinião e as advertências das forças democráticas e contra observações autorizadas da instituição militar, oferecer à AD meios poderosos e instrumentos essenciais para o desenvolvimento dos seus planos golpistas contra o regime democrático.

AD e PS contra o Presidente da República

3. Ganha ainda particular significado político no momento actual, a circunstância de o PS/Mário

Soares, apesar das detalhadas críticas enunciadas pelo Presidente da República ao fundamentar as razões do seu veto, ter recusado, em estreita articulação de posições com a AD, o reexame ou reconsideração de qualquer disposição do diploma.

Trata-se de uma atitude de ostensivo confronto que, vinda na sequência da declaração da Comissão Permanente do PS que propôs a renúncia do Presidente ao seu mandato, confirma o envolvimento da direcção do PS em planos de desestabilização do único órgão de soberania não controlado pela reacção.

A falsa oposição do PS

4. É exactamente para encobrir todo um passado de constantes alianças com os partidos da AD, para desviar as atenções das gravíssimas atitudes actuais de colaboracionismo com a AD e para escamotear os esquemas de futura cooperação parlamentar e governamental com a AD e os partidos da AD, que, à beira das eleições autárquicas, o PS intensifica as tentativas de iludir os democratas com declarações de pretensa "oposição" à AD e ao seu Governo e com a proclamação de constituir "alternativa" à AD.

É uma fraude eleitoral que, estando aliado à AD, o PS pretenda passar por "oposição" à AD. É uma mistificação política que, estando combinado e conluído com a AD, o PS pretenda passar por "alternativa" à AD.

A fingida abertura à esquerda

É também neste contexto de falta de escrúpulos e de demagogia eleitoralista que têm de ser consideradas todas e quaisquer declarações de fingida abertura do PS à cooperação com forças democráticas, como é o caso de uma recente afirmação de Mário Soares (destacada pela RTP) sobre uma sua pretensa disponibilidade a "alianças pontuais" com o PCP, acompanhada da re-

eição de velhas calúnias anticomunistas, desta vez mascaradas de "condições" prévias.

As hipócritas referências de Mário Soares a alianças pontuais e condicionais com o PCP têm em vista, pura e simplesmente, amortecer a indignação do eleitorado socialista, com as alianças globais e incondicionais do PS com a AD.

A cabala do falso "inimigo principal"

5. Por outro lado, a afirmação feita vezes sem conta pelo dr. Mário Soares de que o PCP consideraria o PS o "inimigo principal" não passa de uma monumental falsificação frontalmente desmentida pela evidência do firme e consequente combate do PCP à política e aos governos da AD, enquanto o PS mergulha no colaboracionismo e nas alianças com a AD e combate e hostiliza forças e sectores democráticos, órgãos de soberania vinculados à defesa da democracia, o movimento operário e as lutas dos trabalhadores.

Uma vez mais se realinha que as críticas do PCP à vergonhosa orientação da direcção do PS se tornarão e tornam absolutamente necessárias e indispensáveis, precisamente porque têm sido e são as alianças do PS com a AD que têm dado margem de manobra às forças da reacção, contribuindo para assegurar a sua manutenção no Poder e tornando mais iminentes os perigos para a democracia.

O grande objectivo do PCP e da APU: derrotar a AD

6. Os cidadãos amantes da liberdade e da democracia não podem deixar de reflectir seriamente sobre o significado e repercussão nacional dos resultados das eleições autárquicas e, nesse contexto, sobre que objectivos vai o seu voto servir nessas eleições.

O grande objectivo dos democratas portugueses e a aspiração da maioria do Povo português é infligir em 12 de Dezembro uma séria derrota à

AD, ao PSD e ao CDS, que, ampliando e fortalecendo a gestão democrática nas autarquias, contribua no plano nacional para a demissão do Governo AD, a dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições legislativas, através das quais, por vontade do Povo português, se abra caminho para uma solução democrática que assegure uma nova política e um novo governo de verdadeira alternativa democrática.

Voto na PS: o voto errado

7. A intensificação pelo PS da demagogia de "esquerda" não poderá modificar a evidência de que votos de esquerda, votos de democratas nas listas do PS nas eleições locais, serão votos que Mário Soares utilizará no plano político nacional para cimentar compromissos e alianças com a AD, para promover a salvação da AD, do PSD e do CDS depois de derrotados eleitoralmente, para prosseguir e desenvolver o confronto com o Presidente da República, para viabilizar a continuação da desastrosa política da AD contra o povo e ao serviço do grande capital.

Por isto mesmo, nas presentes circunstâncias, qualquer voto nas listas do PS, seja onde for, redundando, no plano nacional, em benefício da política e dos planos da direcção do PS, das suas intrigas contra a unidade das forças democráticas e da continuação dos seus conluís com a direita.

Voto na APU: o único voto certo

8. Em qualquer ponto do País, em qualquer situação autárquica, o voto na APU é o único voto certo, eficaz e útil para a defesa dos interesses das populações, para o fortalecimento da unidade de todos os democratas e patriotas, para a derrota da AD, para uma viragem democrática na vida nacional, para a salvaguarda do regime democrático e das conquistas de Abril, para a defesa das aspirações populares e dos interesses nacionais.

25 de Novembro 1982
A Comissão Política do CC do PCP

OGE para 1983

O roubo continua!

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 1983 reincide pela 5.ª vez consecutiva no esbulho de verbas às autarquias: 15,2 milhões de contos em 1979, 25,1 milhões de contos em 1980, 36,2 milhões de contos em 1981, 45,4 milhões de contos em 1982, 61,65 milhões de contos em 1983. O roubo continua!

Apesar de ser a 5.ª vez que a Lei de Finanças Locais não é cumprida, este facto não diminui a gravidade deste novo assalto da AD às finanças das autarquias. Na verdade, as verbas a transferir para o Poder Local destinadas a investimentos têm tido, com o Governo AD, uma evolução assaz curiosa: em 1981 foram transferidos 19,6 milhões de contos; em 1982, 19,7 milhões de contos; em 1983, de novo 19,6 milhões de contos. Se tivermos em conta a taxa de inflação verifi-

cada (e note-se que o custo dos materiais de construção tem crescido mais do que a evolução geral dos preços), verifica-se que o Governo AD se propõe transferir em 1983 menos de 25% do que a verba distribuída para investimentos em 1982. Isto é: se em 1982 se verificou uma redução da capacidade de investimento das autarquias superior a 20%, em 1983 essa redução será superior a 25%.

Não é difícil adivinhar que a ser aprovado o orçamento do

PPD e do CDS, muitas câmaras terão dificuldade em prosseguir as obras em curso, e sobretudo de lançar obras novas. Os cortes irresponsáveis e cegos das verbas destinadas às autarquias inserem-se numa política geral de agravamento das condições de vida, através da qual a AD pretende fazer pagar ao povo a sua política de desastre.

Os esbulhos das verbas para as autarquias proposto pelo Governo, a consumir-se não representaria só menos casas, menos creches, menos estradas, menos água e esgotos, menos cultura e desporto. Representaria também menos emprego, menos encomendas aos fornecedores, menos empreitadas para a construção civil, a perpetuação do atraso de vastíssimas áreas do País, o agravamento dos problemas da Grande Lisboa e do Grande Porto, etc.

A utilização que está a ser feita, abundantemente nesta mesma campanha eleitoral de «sacos azuis» dependentes do Primeiro-Ministro, do ministro da Cultura ou da Secretaria de Estado dos Desportos, entre outros, subsidiando colectivamente e outras entidades com o objectivo de comprar votos, simpatias e consciências, demonstra bem o que está em causa nesta matéria: o défice orçamental é um pretexto; a aversão ao Poder Local é o cerne da questão.

Muitas das verbas inscritas hoje nos orçamentos de diferentes ministérios, secretarias de Estado e direcções-gerais poderiam e deveriam, com vantagem para a eficácia e transparência do funcionamento da Administração Pública, ser transferidas para o Poder Local. Seria assim possível aplicar integralmente a Lei de Finanças Locais sem aumentar o défice orçamental.

O caso dos subsídios a colectividades é significativo. Com a AD os subsídios são concedidos a partir de Lisboa, não com base no trabalho realizado e nos planos apresentados, mas com base na «cor» partidária que o Governo julga ser predominante na respectiva direcção ou massa associativa. O critério democrático seria a atribuição de subsídios às colectividades em reunião das suas direcções com a autarquia respectiva, e segundo critérios objectivos, conhecidos e discutidos por todos, sem distinções políticas ou ideológicas. É isto que, de forma isenta, responsável e participada, fazem as autarquias APU. É isto que o Governo AD não quer que seja feito em todo o País, de modo a manter a rede de clientelas, de tráfico de influências, favoritismo e discriminações.

Afastar a AD do Poder

Está pendente na Assembleia da República a proposta de lei do Governo AD que pretende não só consagrar o esbulho de verbas às autarquias como também consagrar a distribuição arbitrária dos dinheiros públicos, retomando o sistema dos subsídios e comparticipações vindo do fascismo, a que a Lei de Finanças Locais em boa hora pôs termo.

Este facto demonstra, entre muitos outros, que a AD está em conflito aberto com o Poder Local democrático, tal como está em conflito com as outras realidades do Portugal de Abril.

Por isso, só a demissão do Governo AD pode garantir a defesa do Poder Local. O voto contra a AD em 12 de Dezembro, o voto na APU, será uma importante contribuição nesse sentido.

Assembleia da República

A maioria silenciosa vetou o veto do PR

Foi tão forte a aliança que o PS fez com a «AD» no que à revisão da Constituição diz respeito — e quem sabe se a outras coisas? — que nem a alteração de uma vírgula são capazes, mesmo quando ela está mal colocada e separa o verbo do sujeito em flagrante erro gramatical. Não é bem este o caso, mas no que se refere à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas casos surgem que poderiam ser alterados apenas porque foram mal enunciados e em nada iriam alterar a lei que resultou do conluio entre o PS e a «AD».

Fiéis à sua aliança optaram por a manter como estava. A ordem era votar contra qualquer alteração e cumpriram-na fielmente.

Com a prática que se verificou nesta rediscussão da Lei constata-se que «ser-se socialista é ser-se do PS para se poder votar com a «AD»». Esta interpretação resulta da prática que ultimamente tem estado a ser seguida pelo PS.

À lei vetada pelo Presidente da República foram apresentadas 51 propostas de alteração, respectivamente 28 do PCP, 15 do MDP, 5 da UEDS e 5 da ASDI. Todas foram derrotadas pela maioria silenciosa em que se transformou a «AD» & PS. Nem sequer tinham que se levantar para rejeitar as propostas de alteração pois o método de trabalho seguido pela mesa da AR pedia a quem votasse a favor que se levantasse, seguindo-se depois as ausências e logicamente quem ficava sentado votava contra. PS & «AD» optaram por não fazer exercício. Tudo foi rejeita-

do na especialidade.

Na declaração de voto que proferiu em nome da bancada do PCP, Lino Lima, depois da votação na generalidade — em que o PS como a «AD», de acordo com declarações públicas anteriores, fizeram antever que nenhuma alteração seria possível — viria a declarar.

Repetimos agora o mesmo voto de desaprovção da «Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas» que já lhe havíamos dado quando ela aqui foi discutida e votada pela primeira vez. Mas se é possível dizê-lo, este nosso voto ainda tem mais força e convicção. Tem a força e convicção que resultam até deste novo debate que o veto do Presidente da República provocou e que veio mostrar como certas forças políticas — que tanto abrem a boca para se atribuírem aquilo a que chamam um «discurso de Estado», uma «perspectiva de Estado», — afinal se movem e se determinam por razões mesqui-

nhas de natureza pessoal e de manipulação partidária, por motivos circunstanciais de guerrilha institucional, por objectivos de desestabilização das instituições democráticas. Ninguém ignora a importância que esta «Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas» terá para a evolução e consolidação do regime democrático saído do 25 de Abril. Apesar disso, quando ela volta a esta Câmara por virtude de um veto do Presidente da República, expressamente usado como meio de suscitar uma reconsideração, um veto fundamentado em argumentos de natureza política e constitucional cuja razoabilidade é óbvia — como razão certos nesta Assembleia? Ponderando esses argumentos? Analisando-os com objectividade? Não, infelizmente não.

Regem sob a forma de perlice, como se esta Assembleia fosse constituído por uma rapaziada de calções, que anda aqui a jogar o berlínio e responde fazendo caretas e negaças a quem, usando poderes incontroláveis, lhe pede com serenidade que medite um pouco no futuro. Assim não vamos longe, senhores deputados.

Durante os meses em que a revisão constitucional se processou chamámos a atenção para o perigo que resultaria para as instituições de-

mocráticas das soluções que permitissem a instrumentalização das Forças Armadas. E quando da discussão desta Lei mostrámos que ela agravava as consequências já resultantes da Revisão no sentido de partidizar as Forças Armadas através da governamentalização que nela se propugna. Entendemos que só uma correspondência efectiva dos órgãos políticos de soberania na direcção, organização e funcionamento das Forças Armadas e no estabelecimento de uma certa autonomia interna das Forças Armadas se poderiam minimizar esses perigos a que a revisão abriu as portas.

Apesar das preocupações manifestadas na mensagem do Presidente da República e da especial autoridade que se lhe há-de reconhecer nesta concreta matéria, insistiu-se na manutenção das soluções constantes da proposta do Governo. Alertámos, quando a Lei aqui foi inicialmente discutida, para a circunstância de que aqueles perigos eram agravados pelo facto de nela se concentrarem nas mãos do ministro da Defesa Nacional uma enorme soma de competências e poderes.

E a Lei ficou como inicialmente fora cozinhada entre a «AD» e o PS.

«AD» não gosta de discutir mentiras de Ângelo Correia

No período de antes da Ordem do Dia da sessão plenária da Assembleia da República de segunda-feira foi possível abordar, pela bancada do PCP, recentes declarações do ministro Ângelo Correia, quando respondia a perguntas feitas ao Governo.

Mentindo descaradamente nessa altura Ângelo Correia afirmou que um delegado sindical da Cometna iria ser chamado à Comissão de Extinção da ex-PIDE-DGS por suspeitas de ser informador daquela polícia política do regime fascista.

E afirmou isto sabendo que à oposição não restava tempo para o contrapor e colocar a verdade no seu verdadeiro lugar. Mais tarde, o ministro, verificando que a mentira não se aguentaria por muito tempo enviou uma carta ao Presidente da AR para dar conhecimento ao deputado Jerónimo de Sousa, «esclarecendo» na missiva que as suas afirmações permitiriam ligações diferentes resultantes de um hiato que se verificou quando o deputado Magalhães Mota o interrompeu.

Em resumo, o verbo mentir passa agora a ter um novo significado — hiato. Não foi uma mentira, dirão a partir de hoje os mentirosos — mor — foi um hiato.

Contudo, o deputado Jerónimo de Sousa, do PCP, procurou no passado dia 26 de Novembro trazer perante a Assembleia as falsas declarações do ministro para que a verdade

(...) Alguns órgãos de comunicação social divulgaram entretanto a notícia, naturalmente ainda acreditada, que Ângelo Correia só poderia ter afirmado um facto tão grave se tivesse algum fundo de verdade. Quando no dia 24 de Novembro o oficial investigador da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS teve conhecimento das declarações do MAI ficou espantado, apressando-se a exarar o texto seguinte: «Apresentado. Regressa ao seu destino após ter prestado declarações nos processos 6911 e 6781, nos quais são suspeitos de ter ligações com a ex-PIDE/DGS dois indivíduos usando os pseudónimos de João Almeida e de Kabregas, sendo no primeiro o notificado Manuel Franco Nascimento um dos visados pelo informador como elemento oposicionista ao regime de então».

Saliando mais adiante que este ministro tem de responder por isso perante a Assembleia e em devido tempo perante os Tribunais, Jerónimo de Sousa interrogou:

«É este ministro que vai dirigir o processo eleitoral para as eleições autárquicas?»

E deste ministro que dependem peças vitais da segurança e da ordem pública em Portugal?

É este homem que aspira

superintender em todas as polícias portuguesas e chefiar um futuro serviço de informações?

E acrescentou ainda, a terminar:

«A própria forma como o ministro veio colocar a questão à Assembleia da República é por si mesma demonstrativa disto tudo. O ofício, com base no qual a calúnia foi bolsada, foi dirigido a um comando distrital e ao Estado-Maior do Comando Geral do PSP. A que propósito chegou ao conhecimento do ministro? A seu pedido especial? Por aplicação de instruções gerais a certo tipo de ofícios? Ou porque já tem em marcha um serviço de informações?»

No debate que se seguiu às vozes da oposição se fizeram ouvir. Apenas Santana Lopes se inscreveria para falar... vindo depois a dizer que o seu grupo parlamentar não concordava com a prorrogação do período de antes da Ordem do Dia fosse utilizada para continuar a debater como até aí o caso da mentira do ministro. E assim o assunto transitou para a sessão seguinte, de que daremos notícia no próximo «Avante!».

(Ler no Suplemento desenvolvimento deste tema)

Investimentos das autarquias

O que deveria receber o Poder Local O que propõe o Governo AD

	Proposta do Governo	Aplicação Integral da LFL (min)	Diferença	Compar. com verbas p/investim. distrib. em 1982
AVEIRO	1 073 356	4 449 499	3 376 143	+ 5766
BEJA	846 362	3 508 516	2 662 154	- 15 927
BRAGA	1 326 359	5 498 299	4 171 940	- 11 747
BRAGANÇA	784 766	3 253 175	2 468 409	+ 1 647
C. BRANCO	748 054	3 100 989	2 352 935	- 4 862
COIMBRA	913 557	3 787 067	2 873 510	- 22 210
ÉVORA	613 500	2 543 208	1 929 708	- 4 694
FARO	719 627	2 983 148	2 263 521	+ 8 304
GUARDA	843 261	3 495 661	2 652 400	- 43 306
LEIRIA	818 898	3 394 667	2 575 769	+ 3 927
LISBOA	2 579 060	10 691 256	8 112 196	- 12 878
PORTALEGRE	562 146	2 330 325	1 768 179	- 10 035
PORTO	1 999 902	8 290 410	6 290 508	+ 33 088
SANTARÉM	1 060 254	4 395 186	3 334 932	- 23 634
SETÚBAL	963 732	3 995 062	3 031 330	- 11 094
V. CASTELO	677 980	2 810 504	2 132 524	- 5 654
VILA REAL	843 099	3 494 989	2 651 890	- 8 434
VISEU	1 238 923	5 135 842	3 896 919	- 5 857
R.A. AÇORES	594 494	2 464 420	1 869 926	+ 15 207
R.A. MADEIRA	392 670	1 627 777	1 235 107	+ 8 285
TOTAL	19 600 000	81 250 000	61 650 000	

Nota: As verbas a que se refere este quadro são exclusivamente as verbas destinadas a investimentos das autarquias. Não constam dele as verbas destinadas a despesas correntes (alíneas a) e b) do artigo 5.º da Lei n.º 1/79).

PCP

Álvaro Cunhal no distrito de Santarém

A força do apoio popular à APU

Doze horas de reportagem em terras ribatejanas, acompanhando a par e passo o intenso dia de contactos, de esclarecimento, de diálogo e de convívio do secretário-geral do PCP junto das populações.

Assim aconteceu no passado sábado, dia frio e chuvoso, no distrito de Santarém, numa jornada de inegável significado na campanha da APU, batalha política caracterizada pelo tom vivo e directo, em contacto com elevado número de cidadãos. Numa palavra: uma campanha de massas.

Ocupando uma área geográfica de 6689,24 quilómetros quadrados, onde vivem mais de 470 mil pessoas, o distrito de Santarém aposta com firmeza no reforço da vida democrática, ideia bem patente não só ao longo da deslocação do camarada Álvaro Cunhal, recebido sempre com amizade calorosa, mas também na forma como está a ser acolhida a campanha da APU em todos os pontos do distrito escalabitano, onde a Aliança Povo Unido concorre, pela primeira vez, a todos os seus 207 órgãos autárquicos, apresentando 4004 candidatos, dos quais 1726 são independentes (43,1 por cento), havendo entre estes oito cabeças de lista para Câmaras Municipais.

Zona com tradições de luta nos tempos do fascismo, que, depois do 25 de Abril, conheceu novas condições de vida e de trabalho para as suas populações (na sua maioria, pessoas ligadas à actividade agrícola), embora haja ainda muito para fazer, designadamente nas povoações e aldeias, o distrito de Santarém — como foi comprovado nas localidades visitadas pelo secretário-geral do PCP — aposta na continuação e reforço dum trabalho coerente nas autarquias APU (maioritária em quatro municípios e 16 freguesias), ao mesmo tempo que se define a perspectiva de maiores votações nas listas «Povo Unido», nomeadamente para os órgãos autárquicos em que a APU mais necessita de ampliar a sua representação, para uma melhor defesa dos interesses populares, para uma luta mais forte e dinâmica contra as carências e as dificuldades que ainda hoje se sentem. De referir, a propósito, que além das quatro Câmaras e 16 Freguesias onde é maioritária, a APU está representada em mais 11 Municípios, em mais 17 Assembleias Municipais e em mais 98 Assembleias de Freguesia. Nas eleições de 79, a APU registou 22,72 por cento dos votos para as AM's e 21,94 por cento para as CM's no círculo eleitoral de Santarém.

Eclarecimento, diálogo, contacto directo, mobilização. Um estilo de trabalho político vivo. Um encontro sempre acolhido favoravelmente e, na maioria dos casos, com impressionante entusiasmo. Assim aconteceu no passado sábado, na deslocação de Álvaro Cunhal a sete localidades do distrito de Santarém: Azinhaga, Golegã, Chamusca, Almeirim, Benfica do Ribatejo, Glória do Ribatejo e Foros de Salvaterra. Vamos contar como foi.

Azinhaga

A freguesia de Azinhaga, no concelho da Golegã, foi o primeiro ponto de paragem no itinerário do secretário-geral do PCP. Localidade com cerca de dois mil habitantes, onde a APU obteve maioria absoluta nas eleições autárquicas de 1979, a Azinhaga do Ribatejo dispensou uma forte e calorosa recepção ao camarada Álvaro Cunhal, aguardado por muita gente mesmo antes da hora prevista para a sua chegada (10 horas). O encontro com a população, que devido à chuva não se pôde realizar no Largo da Praça, decorreu no salão da Casa do Povo, registando-se entre os participantes larga presença de mulheres.

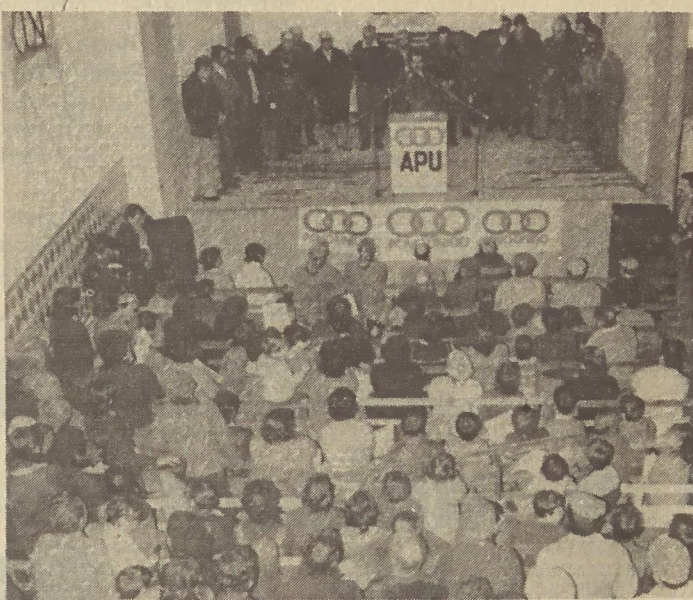
Na tribuna, todos os candidatos APU à Assembleia de Freguesia, incluindo o cabeça de lista Aureliano da Cruz Alexandre, pequeno industrial, actual presidente da Junta da Freguesia da Azinhaga. O presidente da Casa do Povo foi também chamado para a tribuna.

Na sua intervenção, Aureliano Alexandre sublinhou o empenho da candidatura APU na continuação do trabalho autárquico e o cumprimento das medidas anunciadas.

Álvaro Cunhal recordou os «resultados» dos acordos do PS com a direita, evocando os casos de Évora e Loures, onde as populações, como é conhecido a nível nacional, reforçaram o seu apoio à APU, dando assim a devida lição às manobras de conluio entre AD e PS. Uma lição que certamente se irá repetir agora, em 12 de Dezembro, nos concelhos em que a direita e o Partido Socialista alinharam idênticas negociações, com o objectivo de «deitar abaixo a APU». O secretário-geral do PCP referiu também a importância de que se revertirá uma forte votação na APU no contexto da situação política nacional.

Golegã

A Golegã teve o seu encontro com o camarada Álvaro Cunhal no cine-teatro da vila,



A recusa do PS ao entendimento com os democratas, os acordos e as manobras de conluio com a AD nas autarquias, a crise económica e o agravamento das condições de vida do Povo português, foram temas abordados pelo dirigente comunista, durante a sua recente deslocação ao distrito de Santarém. Na foto, sessão na Azinhaga, concelho da Golegã

Sintra e Cascais

A APU concorre para ganhar!

“Tem havido grandes enchesmas mas como esta não há memória”, dizia-nos, com o suor a escorrer-lhe pelo rosto, um homem de meia idade, corpo contorcido num gesto de protecção à criança a quem dava a mão. Referia-se àquela gente toda que ali estava, como ele, comprimida, na Sociedade 1.º de Maio, em Tires.

Homens, mulheres e jovens — muitos jovens barulhentos, alegres e combativos — empenhados num mesmo objectivo: derrotar a AD e alcançar uma grande vitória para a APU.

Foi no último domingo à noite no comício da APU que contou com a presença do camarada Veiga de Oliveira, candidato à Câmara Municipal de Cascais, e do Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

O vasto salão abarrotava; nos corredores de acesso e nas salas adjacentes era quase impossível circular. Apenas o largo fronteiro à colectividade, para onde a aparelhagem sonora foi ligada, tinha espaço para oferecer.

No interior, ao contrário do frio que se fazia sentir lá fora, o ambiente era quente e de festa. Uma temperatura a que certamente não foi alheia a confiança que se respirava. Confiança na vitória. Vitória que se consubstancia no concelho de Cascais em quatro objectivos: conseguir a maioria absoluta na freguesia de S. Domingos de Rana (a que Tires pertence), ganhar Alcáideche, obter a presidência da Câmara de Cascais e, por último, reforçar a votação em todos os órgãos autárquicos do concelho.

Este clima de confiança que encontramos em Tires foi, aliás, idêntico ao que durante todo o dia, o camarada Álvaro Cunhal encontrou sucessivamente nas várias localidades que percorreu do concelho de Sintra. Acompanhado entre outros por Lino Paulo, candidato à presidência da Câmara e

pelo coronel Marques da Silva, cabeça-de-lista para a Assembleia Municipal, o dirigente comunista visitou Dona Maria (aldeia rural da freguesia de Almagem do Bispo), Casal de Cambra, Idanha (Belas), Mira Sintra (Aguilva-Cacém), Montelavar e Abruñeira (freguesia de S. Pedro).

Acolhimento entusiástico

Em todos os locais, invariavelmente, uma tónica era comum: acolhimento caloroso; descontentamento pela gestão da AD quer a nível autárquico quer a nível do Governo; interesse e receptividade às propostas e objectivos do Povo Unido. Este quadro geral, aliado a outros índices conhecidos como seja a afirmação de António Capucho em entrevista ao “Expresso” de que a AD considera uma vitória se obtiver uma votação de 40 por cento — quando se sabe que este resultado significa uma perda de 300 mil votos — levava o Secretário-Geral do PCP a afirmar com alguma ironia que “vêm por aí abaixo de escantilhão e ainda querem dizer que é uma grande vitória”. “Há bons indicadores de que a AD vai ter uma grande quebra na votação nas eleições de 12 de Dezembro” — sublinharia, com convicção, a dado passo numa das suas intervenções.

Entretanto, no decorrer do



Abruñeira

comício em Tires que culminou esta acção de esclarecimento, a que assistiram muitos socialistas, usaram da palavra Reborção Leitão, ex-eleito do PS na Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Rana; António de Sousa, candidata da juventude à Assembleia Municipal; Victor Silva, actual presidente da junta e primeiro candidato à Assembleia de Freguesia; o camarada Veiga de Oliveira e, a encerrar o período de intervenções, o camarada Álvaro Cunhal.

Perante uma assistência entusiástica e interessada — de que é justo destacar uma elevada e ruidosa presença juvenil — Veiga de Oliveira, caracterizando as gestões camarárias (PS e AD) desde 1976, afirmaria: “foram seis anos em que, primeiro, o PS e depois a AD (CDS/PSD), em vez de servirem o concelho, antes se serviram. Entretanto, nesses mesmos anos, e apesar das dificuldades provenientes da orientação reacçãoária dos sucessivos governos — adiantou aquele dirigente comunista — em dezenas de municípios e centenas de freguesias, foi possível demonstrar que com a APU, nem há clientelas, nem grupos de pressão, nem favoritismos, nem corrupção, nem má utilização dos dinheiros públicos e, ao invés, há um trabalho entusiástico e perseverante, uma vontade e disposição permanentes para resolver os problemas das populações, eliminar as carências, combater a burocracia e pôr em toda a actividade das autarquias, empenho, honestidade e competência”.

Confiança na vitória

Detendo-se sobre o estilo que os eleitos da APU imprimem ao seu trabalho, aquele deputado do PCP chamaria a atenção para o seu “permanente contacto com as populações”, razão pela qual, no programa concelhio apresentado à população, se inserem numa ordem de prioridades as principais carências de Cascais, a saber: habitação e urbanismo, recuperação dos bairros clandestinos, eliminação e realojamento das situações altamente degradadas dos bairros de barracas, o abastecimento de água; a rede de esgotos e seu tratamento; a reco-

lha e destino final do lixo; a segurança e tranquilidade das populações; a rede de creches e infantários; as escolas; a cultura, o desporto, as colectividade populares, o património cultural; a rede viária, os transportes e o trânsito; os centros de repouso e convívio para idosos; o abastecimento público; a saúde; o turismo, o combate à poluição e a criação de zonas verdes.

Os problemas da juventude encontram-se também no âmbito das preocupações da APU, pelo que, segundo afirmou Veiga de Oliveira, caso venha a ser eleito (probabilidade que cada vez mais se afirma), o município criará um “pelouro próprio da juventude” e dotará o concelho de “infra-estruturas adequadas ao desporto, criando bolsas de estudo e de formação profissional, organizando e apoiando a ocupação dos tempos livres juvenis”.

Aludindo à importância da participação activa das populações na resolução dos seus próprios problemas (“reserva de energia criadora de incalculável valor” — as palavras são suas) o cabeça-de-lista à Câmara de Cascais sublinhou que a APU está em condições de desencadear essa riqueza porque “só nós temos uma confiança ilimitada no povo e nos destinos da pátria portuguesa livre, independente e a caminho do socialismo”.

Depois de se referir à desigualdade de tratamento e à discriminação sofrida pela APU nos órgãos de comunicação do Estado, designadamente a televisão e a rádio, e aos poderosos meios de que dispõem o CDS, o PSD e o PS, o orador recordou que a campanha da APU é feita com aquilo “que temos em abundância: o apelo, a vontade, a energia e o trabalho criador de muitos milhares de eleitos e activistas”.

“Nas nossas realizações privilegiámos o contacto directo com as populações, ouvindo as suas reclamações e anseios, apresentando-lhes as nossas propostas, mostrando que para uma alternativa em Cascais, só a APU é a solução”, diria ainda Veiga de Oliveira, para concluir: “vamos ganhar, vamos vencer e connosco vão ganhar as populações, vai ganhar o concelho de Cascais”.

numa sessão em que estiveram presentes os candidatos da APU no concelho.

A Câmara Municipal é actualmente dirigida por um presidente do PS. Nas eleições de 79, para a CM, a APU ficou a cerca de três centenas de votos do PS, embora no concelho a Aliança Povo Unido tenha sido a força mais votada (para a AM obteve 40,81 por cento das votações e para a CM 42,31).

Para as próximas eleições de 12 de Dezembro foi preparada na Golegã uma manobra inqualificável, de conluio e aliança da direita com o PS, numa «convergência» imposta de «cima para baixo». Quer dizer: de certos dirigentes do PS à sua própria organização, o que levou os militantes socialistas a fecharem a sede do Partido na vila, onde lá está um letreiro com a palavra: «Fechado».

Durante a sessão, usaram da palavra o cabeça de lista da APU à Câmara Municipal, António da Silva Tô, agricultor, e Álvaro Cunhal. O candidato da APU apontou alguns dos aspectos do programa «Povo Unido» para o Município, nomeadamente nos capítulos do saneamento básico. O secretário-geral do PCP referiu-se à situação criada com a imposição aos militantes socialistas da falsa lista PS, salientando a compreensão e apoio dos democratas face à posição assumida pelos militantes socialistas, que denunciaram a negociata AD/PS, materializada numa lista «socialista» que até inclui conhecidas figuras da AD. No entanto, como referiu Álvaro Cunhal, não se pode compreender o apelo dos militantes socialistas à abstenção no acto eleitoral de 12 de Dezembro. Se a falsa lista PS não serve os interesses das populações — como os próprios militantes socialistas o afirmam — então só a APU se apresenta ao Povo da Golegã como a única alternativa válida, democrática e coerente. É ne-

cessário que os militantes do PS compreendam esta questão.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PCP falou das «dificuldades criadas a toda a gente pelo Governo AD», incluindo os pequenos e médios agricultores, os reformados e os idosos.

Detendo-se na campanha das autárquicas, Álvaro Cunhal salientou que há a campanha das grandes mentiras, utilizando a TV, a Rádio e a Imprensa estatizada; e há a campanha da verdade e da honestidade, que é a batalha do esclarecimento desenvolvida pela APU em todo o País, utilizando o contacto directo com as populações, os «porta-a-porta», os comícios, as jornadas de convívio, o empenho militante e combativo de milhares de activistas da APU.

Chamusca

Ao princípio da tarde, Álvaro Cunhal estava já na Chamusca, sede de um concelho com 13 mil habitantes e 747,56 quilómetros quadrados de superfície. É um dos quatro concelhos de maioria APU, tendo na presidência da Câmara um homem que conhece em profundidade as características e os problemas da zona.

Na vila da Chamusca, o camarada Álvaro Cunhal participou num almoço-convívio que decorreu no Centro de Trabalho do PCP com grande animação e onde não faltou naturalmente a célebre sopa de pedra. Seguiu-se, depois, um comício no largo do CT, com boa participação popular, que enfrentou e «dominou» com o calor do seu entusiasmo a chuva que caía quase sem interrupção.

O presidente do Município, Sérgio Carrinho, fez um breve balanço da actividade camarária nos seus vários sectores, ao longo dos últimos três anos, tendo reafirmado a disposição dos 165 candidatos «Povo Unido» no concelho de trabalharem com todas



Golegã



Golegã

as suas energias para a continuação dum projecto que a população já conhece: o combate às carências, a construção duma vida melhor.

Álvaro Cunhal sublinhou, por seu turno, a atmosfera de optimismo e de entusiasmo que envolve a vida do concelho, a curta distância das eleições autárquicas, referindo que para «a APU, a maré está a encher» e que o apoio crescente à APU está relacionado com a competência e a honestidade dos eleitos «Povo Unido».

Almeirim

Da Chamusca, foi um «salto» até Almeirim, terra de melieiros, afastada apenas sete quilómetros de Santarém. Sede de um concelho com 241, 68 quilómetros quadrados, onde vive uma população de mais de 19 mil habitantes, Almeirim foi fundada por D. João I, em 1411, e para aqui foram convocadas Cortes por duas vezes: primeiro por D. João III e depois pelo Cardeal-Rei, D. Henrique.

Almeirim é um concelho em que as forças da democracia têm significativa implantação. A APU, segunda organização mais votada, alcançou em 1979 mais de três mil votos para a Câmara Municipal. A sua presidência é ocupada por um elemento do PS.

No encontro de Álvaro Cunhal com a população de Almeirim — e novamente com a

chuva a marcar presença — também participou o cabeça de lista da APU à Câmara Municipal, Dr. José Manuel Sampaio, médico pediatra, homem de prestígio no concelho, que dirigiu críticas fundamentadas à gestão PS nestes últimos três anos, salientando a dado passo que a população deve reconhecer a outra «face da moeda» da administração PS, a vez que a Câmara tenta esconder dos cidadãos as deficiências que acompanharam a sua permanência na CM.

Por seu lado, os eleitos da APU em Almeirim, embora em minoria, têm dado provas de importante contributo para a solução dos problemas do concelho. «Muito mais e melhor poderão fazer, se votados maioritariamente», como assinala o programa da APU. Na tribuna improvisada (atrelado de tractor), além de Álvaro Cunhal e de José Manuel Sampaio, primeiro candidato da APU à Câmara Municipal, também se encontraram outros candidatos «Povo Unido», no concelho, incluindo Aranha Figueiredo, operário, membro do Comité Central do PCP, que presidiu ao comício.

Na sua breve intervenção, Álvaro Cunhal sublinhou que a candidatura APU, tendo em conta o trabalho já realizado pelos eleitos em 79 e os objectivos do programa apresentado pelos candidatos para as eleições de 12 de Dezembro

Amadora «O voto no PS não conta para atirar abaixo a “AD” e para uma alternativa democrática»

No discurso pronunciado de improviso no comício realizado na passada sexta-feira no Pavilhão da Académica da Amadora para apresentação dos candidatos do Povo Unido à Câmara e à Assembleia Municipal do concelho, o camarada Álvaro Cunhal atacou severamente a acção da “AD”, tanto nas autarquias como no Governo e na Assembleia da República. Uma grande parte do seu discurso foi dedicada às consequências da política da “AD”: agravamento das condições de vida do povo, ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, desastre da economia nacional, acções repressivas e limitações às liberdades e direitos dos cidadãos, submissão ao imperialismo.

O secretário-geral do PCP, perante um recito cheio e entusiástico, falava depois do camarada Orlando de Almeida, actual presidente da Câmara e de novo candidato da APU. A sessão iniciara-se com uma parte artística, muito aplaudida pelos milhares de pessoas presentes, entre os quais se destacavam muitos jovens.

Do discurso de Álvaro Cunhal, em que foram largamente abordados os problemas do Poder Local e as próximas eleições autárquicas, reproduzimos algumas passagens.

O atraso na demissão do Governo

De há muito que deveriam ter sido tomadas as medidas propostas pelo PCP: a demissão do Governo “AD”, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições legislativas antecipadas.

Estas medidas, inteiramente constitucionais e legais, de há muito plenamente se justificam pela política do Governo “AD” e pelo desenvolvimento do plano golpista com a revisão da Constituição.

Elas impunham-se antes da revisão da Constituição, para não deixar avançar o perigoso processo que visa a governamentalização, partidarização e instrumentalização das Forças Armadas pelos partidos reacçãoários.

Mas essas quatro medidas, mesmo depois da revisão da Constituição, continuam a ser inteiramente constitucionais e legais. E cada vez mais necessárias e mais urgentes.

É caso para perguntar porque espera o Presidente da República.

Esperar que a “AD” se afunde ainda mais politicamente quando já está politicamente afundada e bem afundada?

Esperar a completa destruição das conquistas democráticas da Revolução de Abril?

Esperar que o nosso povo seja reduzido a uma situação de miséria e de ruína geral?

Esperar que a “AD” leve por diante nova legislação reacçãoária e destrua com ela as liberdades e direitos dos cidadãos e o carácter democrático de futuras eleições?

Esperar que a “AD” tome conta das Forças Armadas?

Esperar sempre melhor oportunidade, quando todos os dias a “AD” dá oportunidades mais do que suficientes para ser atirada para a rua?

Os motivos que não só justificam como tornam imperativas as quatro medidas são tantos, tão variados, tão repetidos, tão evidentes, tão monstruosos que, a nosso ver, só uma muito imperfeita avaliação da situação nacional pode explicar que o Governo “AD” não tenha ainda sido demitido, a Assembleia

da República não tenha ainda sido dissolvida e não se tenham ainda realizado eleições gerais antecipadas.

Pois bem, as eleições autárquicas do dia 12 de Dezembro podem ter uma influência determinante para que estes objectivos sejam finalmente alcançados.

Acerca do “inimigo principal”

Toda a gente sabe que para nós, para os trabalhadores, para o povo português, para a democracia, a “AD” é o inimigo.

Não venha o secretário-geral do PS insistir na velha falsidade que o PCP faz do PS o seu inimigo principal.

Não apenas nas palavras, mas na luta diária e constante, o alvo principal e central da nossa acção é a “AD”, o seu governo e a sua política.

Precisamente a grande acusação que fazemos ao PS é a sua aliança com a “AD”.

Não se trata de uma acusação infundada. A aliança do PS com a “AD” é a pura verdade e um dos traços característicos da sua política.

Esta aliança tem uma já longa história com numerosos graves episódios. Foi a contra-revolução legislativa. Foi o governo PS/CDS. Foi a revisão da Constituição. Foi a lei da Defesa Nacional que, apesar do veto e das advertências do Presidente da República e da instituição militar, a “AD” e o PS tornavam a aprovar na Assembleia da República com Mário Soares e os deputados de pé, a aplaudir, exibindo nos aplausos o seu conluio contra a democracia.

Esta aliança exprime-se também agora, para as eleições autárquicas. Em Mora o PS desiste em favor da “AD”. No Crato e em Coruche é a “AD” que desiste a favor do PS. Muitas listas do PS retratam também como a direcção do PS está cada vez mais identificada com a política da direita. Em Amarante Paredes destacados elementos do CDS aparecem nas listas do PS, ao mesmo tempo que o actual presidente da Junta do PS é o cabeça de lista do CDS. Na Ribeira Grande, o escândalo vai ao ponto de pôr como cabeça de lista do PS, um deputado do CDS!

O secretário-geral do PS insiste em acusar o PCP de considerar o PS como inimigo principal, mas os factos mostram que é o secretário-geral do PS que considera o PCP como seu principal inimigo.

A “AD” e o PS contra o PR

Na propaganda eleitoralista o PS afirma-se da oposição. Mas a sua real oposição não parece ser à “AD” mas ao Presidente da República.

Bastou que o PR tivesse vindo declarar que, depois da revisão da Constituição, continua a ter os poderes de demitir o Governo e de dissolver a AR, para que logo o PS e partidos da “AD”, em coro, rompessem novamente o fogo contra o PR.

A Comissão Permanente do PS (5/11/82) logo proclamou que o PR “deverá renunciar ao seu mandato”. E a Comissão Permanente do PSD (9/11/82), em uníssono, afirmou que “a única solução coerente que resta ao PR é a renúncia ao cargo”.



Foros de Salvaterra



Almeirim



Benfica do Ribatejo



Chamusca

le 82 — pessoas estimadas no concelho, que estão à altura das responsabilidades na arquaria — apresenta-se em condições de obter uma grande votação que possibilitará um novo destino para a vida do concelho.

Benfica

Ainda no concelho de Almeirim, Álvaro Cunhal teve outro encontro com a população. Foi a freguesia de Benfica do Ribatejo, a uma dezena de quilómetros de Almeirim. O secretário-geral do PCP retomou alguns dos aspectos já abordados em anteriores intervenções.

A sessão realizou-se na Associação Humanitária Benficense, tendo também estado presentes os candidatos da APU à Junta de Freguesia. O abecedário da APU apresentou as principais propostas da candidatura «Povo Unido» para a freguesia.

Benfica do Ribatejo é outra das localidades do distrito de Santarém em que houve acordo AD/PS, apresentando-se apenas uma lista com o símbolo do Partido Socialista, mas com o apoio da direita.

A freguesia tem cerca de 500 habitantes.

Glória
Penúltima etapa da deslocação de Álvaro Cunhal, Glória do Ribatejo, no concelho de Salvaterra de Magos, também

dispensou uma calorosa recepção ao secretário-geral do PCP, nas instalações da Casa do Povo.

Alvo duma política de abandono total durante longos anos — como, aliás, sucedeu a muitas freguesias e povoações das zonas rurais — Glória do Ribatejo dista 14 quilómetros de Salvaterra e tem cerca de 3600 habitantes.

Durante o encontro com a população, onde se registava uma ampla participação de jovens, falou o primeiro candidato da lista APU à Assembleia de Freguesia, que denunciou as manobras eleitoralistas da actual Junta, tendo salientado a necessidade de eleger pessoas competentes que possam imprimir uma nova dinâmica ao trabalho autárquico. Emídio Monteiro referiu que projectos que há vários anos deviam estar concretizados, só agora, nas vésperas das eleições, é que estão a decorrer na freguesia.

Também presentes na tribuna os candidatos da APU à AM e CM. À noite, realizou-se uma sessão de convívio e música rock com o grupo «Sui Generis». O candidato da APU à presidência da Câmara também esteve presente e dialogou com os jovens.

Foros de Salvaterra

Uma vez que o Centro Cultural e Recreativo não cedeu as

instalações para a realização da iniciativa, embora a sala tivesse sido pedida com a necessária antecedência, a APU, com o trabalho dedicado de camaradas e amigos, incluindo democratas de várias tendências, conseguiu improvisar, no Estanqueiro (um cruzamento da estrada para Salvaterra) uma estrutura em lona, com luz eléctrica e bancos compridos. Ali se concentrou uma numerosa assistência que aplaudiu com entusiasmo a intervenção do secretário-geral do PCP, cuja presença foi saudada com foguetes, o que já tinha sucedido noutras localidades.

Registaram-se também as intervenções dos candidatos da APU à Câmara Municipal e Assembleia de Freguesia de Salvaterra, respectivamente Carlos Leonel da Silva Duarte e Manuel da Costa Carrasqueira.

Como salientam os candidatos da APU, «estaremos ao lado dos agricultores através das suas organizações, no sentido de em conjunto se estudarem os seus problemas vitais, designadamente no apoio à justa luta dos Feroiros da Várzea Fresca e Calafornia pela posse plena da terra que trabalham há 166 anos!».

No concelho de Salvaterra de Magos a APU obteve em 1979 quase 33 por cento da votação, sendo a segunda for-

ça política. Na Assembleia de Freguesia de Salvaterra a APU tem maioria relativa.

Na sessão com o camarada Álvaro Cunhal, foram apresentadas as propostas da APU para o concelho — Câmara e Freguesias — tendo sido salientado que «os eleitos da APU nas Freguesias e na Câmara não distinguirão credos ou ideologias, face aos problemas das populações». Pela simples razão, de que também as listas da APU têm pessoas de vários credos.

Nos Foros de Salvaterra, tal como já sucedera noutras localidades visitadas por Álvaro Cunhal, actuou o grupo «Jornada», de Tomar, que é constituído por jovens entre os 17 e os 30 anos: Zé Maria, Zé Morgado, Veríssimo, Eugénio Rosa e Jorge Rivoli.

Nas várias intervenções que proferiu nesta sua deslocação ao Ribatejo, o camarada Álvaro Cunhal analisou alguns dos temas centrais da actualidade política, nomeadamente as posições do PS em apoio à AD e as responsabilidades dos dirigentes socialistas na grave situação política que está a ser criada no País, como sucede com a retirada de poderes ao PR e a sua entrega ao Governo AD. Álvaro Cunhal alertou a propósito para os perigos que envolvem a Lei da Defesa Nacional.

Lisboa

Em Lisboa, anotando aqui sobretudo algumas iniciativas em que participam cabeças de lista, a Câmara do distrito, queremos também chamar a atenção para a actividade de outros candidatos: Anselmo Aníbal, que estará na sexta-feira à tarde e à noite em S. Domingos de Benfica, e no dia seguinte à tarde numa sessão na Escola Secundária Filipa de Lencastre; Silva Graça, que visita a zona dos Prazeres na manhã de sábado e participa, à noite, num colóquio no Centro Social dos Trab. do Comércio; Zita Seabra, no sábado, em Olivais Norte, e no domingo, às 20 e 30, numa sessão na freguesia do Beato; Rui Godinho, que estará de manhã e à tarde, no domingo, também no bairro de S. Domingos de Benfica.

Dirigentes do nosso Partido participam noutras acções da APU no distrito: Octávio Pato, que visita Alfama na tarde de sábado; Dias Lourenço, que na quinta-feira percorrerá com os candidatos locais zonas de Vila Franca, Alhandra, Alverca; José Casanova, que participa numa sessão em Laveiras (Caxias) na sexta-feira à noite.

Quanto a Alfredo Moura: Quinta-feira, a partir das 18 horas, visita à EDP, pelas 21 horas, sessão na Penha de França; Sexta-feira: no Alentejo de Moscavide, a partir das 20 horas na Festa da JCP, às 21 e 30 na Casa do Alentejo, jantar promovido pelos intelectuais.

No sábado, visita à Charneca e Ameixoeira, a partir das 9.30 horas; às 14 horas estará no Alto da Eira e na Curraleira; a partir das 21 horas visita aos Olivais, onde estará presente num comício. No domingo, depois das 9 e 30 estará na Musgueira e pelas 16 horas nos Olivais. Na segunda-feira, às 11 horas, visita à EPAL; às 17 e 30, sessão com os trabalhadores bancários e dos seguros, no Teatro Aberto. Na terça-feira, a partir das 9 e 30 visita ao bairro da Graça e às 20 horas jantar da Função Pública, na Casa do Alentejo. Na quarta-feira, dia 8, a partir das 9 e 30 visita ao bairro do Beato, onde permanecerá até à tarde.

Amanhã, quinta-feira, está programada a visita de Anselmo Aníbal, à TAP, às 10 horas, e de Jerónimo de Sousa à EDP em Sacavém, às 12 horas. Jerónimo de Sousa participa ainda, cerca das 18 horas, numa sessão com os trabalhadores da EDP-Boavista.

Está ainda prevista a visita de Severiano Falcão, presidente da CM de Loures, ao LNEC, às 18 horas; às 18 horas, Silva Graça intervém numa sessão para os trabalhadores do Metro, em Sete-Rios.

Na sexta-feira: Carlos Carvalhal participará numa sessão

em Alfragide; José Casanova, em Caxias, na Escola de Laveiras, numa outra sessão às 21 e 30; Melo de Carvalho estará entre as 12 e 30 e às 13 e 30 na Estação do Cais do Sodré.

No sábado, numa sessão no Clube Recreativo da Bobadela participará o camarada Albano Nunes. Entretanto, para sexta-feira, dia 3, anuncia-se a grande iniciativa da Juventude de Lisboa para a campanha da APU: é o baile e convívio em que actuarão os grupos Horizontes Novos e Almondéga, os UHF e Carlos Mendes, que cantará o seu «Triângulo do Mar». No Pavilhão do Atlético de Moscavide, onde decorrerá, haverá um encontro dos jovens com o tenente-coronel Alfredo Moura, candidato à Presidência da CML, e a apresentação dos candidatos juvenis.

Orlando de Almeida, candidato à CM da Amadora: na sexta-feira, às 21 e 30, sessão na Escola Preparatória de Alfragide, para apresentação de candidatos. Participam também Carlos Carvalhal, que participa numa sessão em Laveiras (Caxias) na sexta-feira à noite.

Quanto a Alfredo Moura: Quinta-feira, a partir das 18 horas, visita à EDP, pelas 21 horas, sessão na Penha de França; Sexta-feira: no Alentejo de Moscavide, a partir das 20 horas na Festa da JCP, às 21 e 30 na Casa do Alentejo, jantar promovido pelos intelectuais. No sábado, visita à Charneca e Ameixoeira, a partir das 9.30 horas; às 14 horas estará no Alto da Eira e na Curraleira; a partir das 21 horas visita aos Olivais, onde estará presente num comício. No domingo, depois das 9 e 30 estará na Musgueira e pelas 16 horas nos Olivais. Na segunda-feira, às 11 horas, visita à EPAL; às 17 e 30, sessão com os trabalhadores bancários e dos seguros, no Teatro Aberto. Na terça-feira, a partir das 9 e 30 visita ao bairro da Graça e às 20 horas jantar da Função Pública, na Casa do Alentejo. Na quarta-feira, dia 8, a partir das 9 e 30 visita ao bairro do Beato, onde permanecerá até à tarde.

Amanhã, quinta-feira, está programada a visita de Anselmo Aníbal, à TAP, às 10 horas, e de Jerónimo de Sousa à EDP em Sacavém, às 12 horas. Jerónimo de Sousa participa ainda, cerca das 18 horas, numa sessão com os trabalhadores da EDP-Boavista.

Está ainda prevista a visita de Severiano Falcão, presidente da CM de Loures, ao LNEC, às 18 horas; às 18 horas, Silva Graça intervém numa sessão para os trabalhadores do Metro, em Sete-Rios.

Na sexta-feira: Carlos Carvalhal participará numa sessão

Iniciativas APU

• A realizar

Com o começo da campanha eleitoral às zero horas de ontem, as actividades de propaganda, de divulgação de candidaturas e de programas da APU aos órgãos autárquicos intensificam-se. Até ao próximo dia 10, candidatos e dezenas de milhares de activistas esforçar-se-ão por levar as propostas da APU a milhões de eleitores. **Vota APU** — inscreve-se em milhares de cartazes que na noite passada começaram a ser colados — porque a **APU é a força necessária**, porque a **APU é a solução** para resolver os problemas da nossa terra e do nosso povo.

Nesta campanha de esclarecimento e de convencimento em que é sempre possível trazer mais um apelo e um voto, ganhar um desiludido ou um indeciso, todas as formas de acção junto das massas serão postas em prática — privilegiando, como já na pré-campanha, o contacto directo com as populações, sobretudo através do porta-a-porta.

Como se pode inferir pelas informações — de novo muito incompletas — que inserimos, nas actividades da APU têm papel relevante as organizações do nosso Partido, os seus militantes e dirigentes. Designadamente, os membros do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, que estarão nos próximos dias por todo o nosso País, incluindo as Regiões Autónomas.

Do programa de deslocações nos próximos dias do camarada **Álvaro Cunhal** damos, à parte, notícia mais detalhada.

Hoje, em destaque

Do que está programado para hoje, damos relevo à Grande Corrida da Juventude, organizada pelos jovens activistas da APU do Porto, a iniciar às 10 horas no Campo 24 de Agosto. Nesta participação Rosa Mota, medalha de Ouro nos últimos Campeonatos de Atletismo da Europa, e no apoio técnico estará o seu treinador, Pimpílio Ferreira.

No distrito de Santarém, na Casa do Povo do Pego, às 21 horas, sessão de apresentação de candidatos, e em **Arnelo de Miharhos e Almoite** porta-a-porta durante a tarde.

No distrito de Viana do Castelo, em **Lanhese**, sessão de apresentação de candidatos às 15 horas; na escola secundária de Ponte de Lima, comício-festa às 15 horas; em **Caminha** também um comício-festa, às 21 e 30, Cine-Teatro.

No distrito de Braga: sessões de apresentação de candidatos em **Granje** (Póvoa de Lanhoso), **Prado de Santana** (Vila Verde), **Ferreira** (Amarelos) e **Marinhas** (Espinho) — todas às 21 e 30.

No distrito de Évora — em **Borba** — estará o camarada **Carlos Brito** para participar num comício, às 15 horas; mini-comícios nas seguintes localidades do concelho de Alentejo: **Alqueva**, **Amieira**, **Vera Cruz**, **Santana**, **Azeiteiro**, porta-a-porta em **Serra**, **Foros** e **Vinhais**, no concelho de Redondo, em freguesias rurais do concelho de **Estremoz**, e (em Vendas Novas) em **Campos de Rainha**; sessões de apresentação de candidatos, às 20 e 30, em duas localidades do concelho de **Montemor: Foros de Vale Figueira e Cortiçadas do Lavre**.

No distrito da Guarda: porta-a-porta com os candidatos em **Unhais da Serra**; projecção de um filme e sessão com candidatos, às 21 horas, na Escola da **Aldeia do Souto**; projecção de um filme na Escola de **Teixoso**, às 15 horas, assim como, às 18 horas, em **Vale Formoso**.

No distrito de Coimbra, porta-a-porta em localidades do concelho da **Figueira da Foz**; **Vale**, **Paão**, **Vila Verde e Lavos**; em **Montemor-o-Velho**, visita às ordenhas em todo o concelho e encontros com agricultores; porta-a-porta em **Verride** e **Areira**; sessão em **Figueirô do Campo**.

Em Lisboa, o destaque vai hoje para a sessão de esclarecimento em que o tenente-coronel Alfredo Moura participará, à noite, na **Picheleira**; às 10 da manhã, Zita Seabra visita a freguesia de **Marvila** e Silva Graça o **Bairro das Furnas**; Álvaro Rana, do Secretariado da CGTP-INT, participa às 13 horas num convívio com os trabalhadores da **Guérin**; em **Santa Iria da Azoia**, às 13 horas, almoço no refeitório da Covina.

Ainda no distrito de Lisboa, concelho de **Torres Vedras**: o camarada **Blancil Telxela** participará num comício anunciado para as 21 horas no Clube Artístico e Comercial de Torres Vedras.

No distrito do Porto, além da Grande Corrida da Juventude a que já nos referimos, as comissões de jovens de apoio à APU promovem também hoje outras iniciativas desportivas e de convívio em **Avintes**, **Erme-sinde**, **Matosinhos**, **Campinha**, **Gala**, **S. Pedro da Cova**, **Rio Tinto** e **Miragala**. E ainda: Caravana automóvel e porta-a-porta em **Águas Santas**; porta-a-porta nas zonas de **Carcaelos** e **Cruz de Pau**; às 15 horas, festa na Escola da **Aze-nha**, e corrida de bicicletas, às 10 horas, no concelho de **Vale-longo**; em **Gondomar**, sessão de apresentação de candidatos da freguesia de S. Cosme, na escola Júlio Dinis.

Nos próximos dias

• Aveiro

No distrito de Aveiro, as principais iniciativas contam, na quinta e na sexta-feira, com a participação de Zita Seabra, e sábado e domingo com a do camarada **Domingos Abrantes**. Quanto a Zita Seabra: na quinta-feira, almoço com os trabalhadores da Vista Alegre, em **Ilhavo**; sessão, às 21 e 30, no salão da Câmara de **Ovar**. Na sexta-feira: de manhã, contacto com os trabalhadores da pesca da **Gafanha** (Ilhavo); à tarde, visita a uma empresa em **Estarreja**; à noite, sessão na cidade de **Aveiro**, no Salão Cultural.

O camarada **Domingos Abrantes** participará, no sábado,

do, num almoço volante em **Serem** (Águeda); a partir das 16 horas, visita ao concelho da **Feira**. No domingo: encontro com as populações de **Macleira de Sarnes e Pindelo**, no concelho de **Oliveira de Azeméis**; a partir das 16 horas, o camarada **Domingos Abrantes** participará num porta-a-porta em **Ovar**.

• Castelo Branco

No sábado, sessões, às 21 e 30, em **Retaxo**, na Junta de Freguesia, e na Escola Primária de **Cebolais**, onde também haverá à tarde um porta-a-porta. No domingo, sessões em **S. Vicente da Beira**, na Escola Primária, às 15 horas; e em **Melpica do Tejo**, na Casa do Povo, às 21 horas, onde haverá de tarde um porta-a-porta. Na terça-feira, sessão de esclarecimento na Casa do Povo de **Monforte da Beira**, às 21 horas; porta-a-porta no Bairro do Castelo, em **Castelo Branco**; Na quarta-feira sessões nas escolas primárias de **Mata e Escalos de Cima**, às 21 horas; em **Vale da Torre** (Lardosa), também na escola primária, às 15 horas. Na quinta-feira, dia 9, sessão na Junta de Freguesia do **Juncal do Campo**, às 21 horas, e no dia 10, em **Castelo Branco**, no cinema, sessão de encerramento da campanha eleitoral.

• Covilhã

Amanhã, quinta-feira em **Boldobra**, projecção de filmes, 21 horas, na Escola. Sexta-feira, **Casal da Serra**, 21 horas, sessão com candidatos; projecção de um filme, na Escola, às 21 horas, em **Canhoso**. Sábado, sessões de apresentação de candidatos na Escola de **Unhais da Serra**, às 20 horas, e em **Pinhos Mansos**, às 21; à mesma hora, projecção de filmes em **Tortosendo**; durante o dia, na Covilhã, distribuição no mercado e porta-a-porta na cidade. No domingo, sessões com candidatos em **Paul** (21 horas), **S. Jorge das Beiras**, **Aldeia de S. Francisco de Assis**, **Bouça** e **Erada**, e caravanas em todo o concelho da Covilhã. Na terça-feira, 21 horas, sessão com candidatos em **Cabeça**; projecção de filmes em **Aldeia do Carvalho**. Na quarta-feira: no salão da Junta de Cortes do Melo, às 15 horas, e na Escola de **Senhora da Terra**, às 15 e 30, sessões com candidatos; no Cine-Centro da **Covilhã**, às 15 horas, comício; às 18 horas, no **Tortosendo** (Sociedade de Fabricantes), sessão com candidatos. Na quinta-feira, dia 9, às 21 horas, sessão com candidatos em **Pinhos Mansos**. Na sexta-feira, em encerramento da campanha, sessão com candidatos na escola de **Unhais da Serra**, às 20 horas; na **Covilhã**, às 21 horas, plenário de candidatos, delegados às mesas e activistas, na sede do MDP.

• Baixo Mondego

Amanhã, quinta-feira, na **Figueira da Foz**, porta-a-porta, visita ao mercado e encontro na Estação da CP. Sexta-feira, sessão em **Vila Verde**, no Grupo Recreativo **Vilaverdense**, às 21 e 30; porta-a-porta em **Buarcos**, com ida ao mercado e à estação dos comboios. Sábado, porta-a-porta em **Marinha das Ondas**, **Buarcos**; visita às ordenhas na zona das **Alhadas** e contactos com a população no mercado da **Fig. da Foz**. Domingo: magusto na **Cova da Gala**, convívio em **Santana**, sessão na **Serra da Boa Viagem**; nas **Alhadas**, visita às ordenhas e sessão no **Alhandense**. Segunda-feira: porta-a-porta nas **Alhadas** e encontro na estação da CP da **Figueira da Foz** às 18 horas. Terça-feira: sessões em **Carvalhais**, **Fontela** e **Lousosa**. Na quarta-feira, contactos directos dos candidatos da APU com a população da **Figueira da Foz**. Zé-perreiras e sardinhada no Largo de S. João do Vale; sessão em **Santa Luzia** (Lavos).

No concelho de **Montemor-o-Velho**: sexta-feira, sessão na **Carapinhela**. No domingo: caravana em todo o concelho de **Montemor**; porta-a-porta em **Abrunheira** e **Revelas**; sessões em **Tentugal** e **Feira**. Terça-feira: sessões em **Azede**, **Vila Nova da Barca**, **Gatões**. Quarta-feira: caravana e porta-a-porta em **Pereira do Campo**; festa em **Licela**, com galeiros e convívio.

Em **Soure**, caravanas no domingo e na quarta-feira, dia 8. No domingo, sessões em

Alfarelos (com almoço), **Casal Cimeiro** e **Casal de S. Pedro**; na terça-feira, sessão em **Ribeira da Mata**. Caravanas no domingo nos concelhos de **Candeia**, **Cantanhede** e em **Penela**; em **Candeia**, de novo, no dia 8, quarta-feira; em **Ansã**, iniciativa de rua no domingo e almoço na quarta-feira; porta-a-porta no próximo sábado.

• Porto

Na sexta-feira, sessões nas escolas primárias de **Cruz de Pau** e **Sendim** (Matosinhos). No sábado, às 10 horas, visita de candidatos ao Mercado Municipal de **Matosinhos**, e às 15 horas porta-a-porta na zona da **Biquinha**; sessões em **S. Cosme** (Gondomar), às 15 horas, nas escolas primárias do Cimo da Serra e de **Vinhai**; com início às 9 horas, caravana em todo o concelho da **Maia**, com comício no centro da vila às 16 horas. No domingo, às 15 horas, sessões em **S. Cosme**: na escola primária da **Gandra** e no bairro de **Monte Crasto**; às 10 horas, porta-a-porta na **Biquinha**, em **Matosinhos**.

Ainda no domingo, a partir das 10 horas, na Praça da **Rosajira** em **Campanhã**, Grande Festa da Juventude.

• Faro

Amanhã, quinta-feira — **Albufeira**: sessão nas **Ferreiras** às 21 horas; **Alcoutim**: porta-a-porta no **Pereiro**; **Faro**: porta-a-porta na cidade a partir das 18.30 e sessão no **Alto Rodes** às 21.30; **Lagoa**: acções de

16 horas e em **Budens** às 21 horas; **V. Real**: porta-a-porta no Mercado e sessão na **Manta Rola** às 21 horas. Domingo — **Albufeira**: sessão em **Matosinhos** às 20.30; **Alcoutim**: porta-a-porta no concelho; **C. Marim**: porta-a-porta em **C. Marim** e **Rio Seco** às 14 horas; **Faro**: caravana e porta-a-porta em todo o concelho; **Lagoa**: porta-a-porta em **Porches** às 9.30. Sessões em **Porches** às 14 horas e em **Carvoeiro** às 21 horas; **Lagos**: porta-a-porta no **Sargaçal**, **Chinicato** e **Telhado**; **Loulé**: sessão em **Salir** às 20.30 no salão da **Junta**; **Olhão**: almoço na **Fuseta**. Festa em **Bela Mandil**. Sessão em **Olhão**; **S. Brás**: sessão em **Cabeço do Velho**, na venda do **Arnaldo**; **Silves**: comício-festa às 21 horas com **Vitor Neto** e espectáculo com **Carlos do Carmo**; **Tavira**: sessão na **Carapateira** às 19 horas; **V. Bispo**: sessão em **Barão de S. Miguel** às 16 horas e na **Raposa** às 21; **V. Real**: porta-a-porta em **Montegordo** com **Carlos Brito**. Sessão de esclarecimento em **Cacela** às 21 horas. Segunda-feira — Sessão em **Vale de Parra** às 20.30 horas; **Alcoutim**: sessão de esclarecimento em **Vaqueiros** às 20 horas; **C. Marim**: distribuição de propaganda no mercado e porta-a-porta no **Azinhai**; **Faro**: porta-a-porta na cidade; **Lagos**: mini-comícios nas fábricas **Marques e Neves** e **Saupiquet**; **Olhão**: encontro com trabalhadores das empresas **Cocco**, **Neves** e **Barraqueiro**; **Portimão**: encontro com a população da **Pedra Mourinha** às 21 horas; **Silves**: distribuição de propaganda no mercado e porta-a-porta no **Alto Rodes** às 21.30; **Lagoa**: acções de



O camarada **Álvaro Cunhal** participará no próximo fim-de-semana em iniciativas da APU no distrito de Portalegre e no concelho de Sintra.

Sexta-feira, comício em **Elvas**, às 21 horas.

Sábado, comício em **Crato**, **Alter do Chão** e **Sousel**.

Domingo, no concelho de Sintra, iniciativas diversas em **Queluz**, **Sintra**, **Albarraque**, **Rinchoa**, **Algueirão**, **Cacém**.

Foi também já anunciado que quarta-feira, dia 8, o camarada **Álvaro Cunhal** vai estar no concelho de Loures: de manhã na **Pontinha** e **Odivelas**; à tarde, em **Loures** e **Pinheiro de Loures**. À noite, às 21 e 30, participará num comício em **Moscavide**.

propaganda nas zonas rurais. Mini-comício às 12.30 à porta das fábricas alicino com **Margarida Tengarrinha**; **Loulé**: mini-comício à porta da **Cimpor**; **Olhão**: visita às empresas **C. Santos**, **Pescul**, **Monterosa** e **Solarol**; **Portimão**: mini-comícios à porta das fábricas da **Fialho** e **Sever Ramos** com **Margarida Tengarrinha**. Porta-a-porta no bairro da **Boavista**; **Silves**: Sessão no **Boão** às 20 horas com **Vitor Neto**; **S. Brás**: mini-comício para os trabalhadores do sector recreativo; **V. Real**: Porta-a-porta por todo o concelho. Sexta-feira — **Albufeira**: sessão nas **Fontainhas** às 20.30; **Alcoutim**: porta-a-porta em **Gibões**. Sessão em **Clarins** às 20 horas; **Faro**: Sessão nos **Gorjões** (S. Bárbara de Nexe) às 21 e 30. Porta-a-porta na cidade; **Lagoa**: mini-comício à porta da fábrica da **Ucal** com **Margarida Tengarrinha**; **Lagos**: sessão no salão dos artistas com **J. Veloso**, **Luis Catarino** e **Carlos Luis Figueira**; **Loulé**: sessão na escola primária do **Azeiteiro** e cinema de **Boliqueime** às 20.30; **Olhão**: visita às empresas **Scopol**, **Alfama**, **Conservadora do Sul**; **Portimão**: encontro com os trabalhadores da **Cooperativa 16** de Novembro. Porta-a-porta no bairro **Pontal**; **S. Brás**: mini-comício junto à fábrica do **Manuel Jacinto**; **Silves**: sessão no **Poco Barreto** com **Vitor Neto** às 20.30; **Tavira**: sessão em **Santa Catarina** na Casa do Povo às 20.30; **V. Real**: sessão na Corte **António Martins**. Sábado — **Albufeira**: sessão na **guia** às 20.30; **Alcoutim**: porta-a-porta em **Martim Longo**; **C. Marim**: porta-a-porta na **Alfama** a partir das 14 horas; **Faro**: apresentação de candidatos em **S. Bárbara de Nexe**; **Lagoa**: sessão na **Mexilhoira** da **Carregação** às 16 horas e em **Estombar** às 20; **Lagos**: porta-a-porta na freguesia da **Luz** e no **Sargaçal**; **Loulé**: sessão em **Almancil** às 20.30 na escola primária; **Olhão**: sessão em **Bela Mandil** às 21 horas; **Portimão**: porta-a-porta na **Cidade** e no **Chão das Donas** às 16 horas; **S. Brás**: porta-a-porta na **Gralheira**, **Vilahrinhos**, **Carotelo** e **S. Romão**. Sessões em **Almaraz** às 16 horas e **Vilahrinho** às 20.30; **Silves**: porta-a-porta em **Messines**, comício-festa em **S. Marcos** com **Vitor Neto** e **Carlos Brito**, às 20.30 horas; **Tavira**: sessão em **Estorminhos** às 19 horas; **V. Bispo**: sessões em **Salema** e **Pedraiva** às

sessão em **Patã** às 20.30; **Alcoutim**: Porta-a-porta em **Alcoutim**; **C. Marim**: porta-a-porta em **Odolite**; **Faro**: porta-a-porta na cidade; **Lagoa**: contacto com os trabalhadores da **Adega Cooperativa**; **Lagos**: sessão em **Pontelas** às 21 horas na escola; **Loulé**: sessão em **Barreiras Brancas** e **Alportel** às 20.30; **Olhão**: visita às empresas **Andrade**, **R. Almeida** e **Salas**; **Portimão**: encontro com a população de **Porto de Lagoa** e **Vendas**; **S. Brás**: sessão na sociedade recreativa às 21 h; **Silves**: sessão em **Messines** às 21 horas com **Vitor Neto** e a participação de **Luis Bastos** e **João Fernando**; **Tavira**: sessão em **Santa Luzia** às 21 horas na Escola; **V. Bispo**: sessão no **Burgau** às 21 horas. Quarta-feira, dia 8 — **Albufeira**: sessão em **Albufeira** às 21 horas; **Alcoutim**: porta-a-porta em **Martim Longo** e sessão no **Pereiro** às 20 horas; **C. Marim**: porta-a-porta na **Junqueira**, **Monte Francisco** e **S. Bartolomeu**; **Faro**: comício com **Carlos Brito** e **Luis Catarino** às 21 horas com a participação de **Luis Bastos** e **João Fernando**; **L**

Política nacional

Abecasis & Pateta espertezas e ilegalidades

A APU não entrou muda e saiu calada da sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa realizada na passada segunda-feira. Não participou, no entanto, na discussão ou na votação de qualquer ponto de agenda dessa última reunião realizada antes das eleições de 12 de Dezembro. Silva Graça explicou, num intervalo, aos jornalistas, as razões que levaram à atitude da Aliança Povo Unido e que ele próprio tinha exposto no período de antes da Ordem do Dia, alertando ao mesmo tempo a imprensa para as ilegalidades e irregularidades que vêm acontecendo na CML sob os auspícios da administração de Abecasis.

Na intervenção que proferiu no período de antes da Ordem do Dia, Silva Graça denunciou a destruição orientada e sistemática da propaganda eleitoral da APU. Apresentando vasta documentação fotográfica, o vereador do Povo Unido, que facultou aos jornalistas o acesso a essa mesma documentação, sublinhou o facto de apenas a APU ser alvo dessa des-

truição, sendo o PS sempre poupado. E a «AD», obviamente. O vereador sublinhou ainda o facto de, para além do envolvimento de militantes da «AD», e sobretudo do CDS — é sistemática a proximidade das sedes daquele partido em relação à propaganda da APU destruída — participarem na destruição também os próprios serviços



Poderá parecer uma graça da oposição à gestão municipal de Abecasis. Mas não. É mesmo uma iniciativa «AD» na Câmara de Lisboa. Com fins eleitorais, claro. A Câmara (sem que a maioria dos vereadores, mesmo da «AD» soubessem) «patrocina» um concurso «Disney». A APU perguntou: «É o Sr. Abecasis que paga ao Sr. Pateta, ou é o Sr. Pateta que paga ao Sr. Abecasis?»

camarários. Silva Graça recordou que o próprio Pedro Feist «dera» 48 horas para que as faixas de propaganda eleitoral fossem arrancadas. Silva Graça, salientando o absurdo de tal procedimento, lembraria que, por exemplo, a «AD» na Câmara não pôs quaisquer restrições à colocação de faixas saudando a visita do Papa. A iniciativa de destruir as faixas da APU é assim, descaradamente, uma acção discriminatória e não se compadece com razões decorativas.

De resto não têm sido apenas as faixas os alvos da campanha de destruição comandada pela «AD» através da Câmara, que utiliza os seus próprios serviços — polícia municipal e mesmo trabalhadores da municipalidade para a campanha eleitoral.

Os cartazes e murais também sofrem, e, em alguns bairros, agentes camarários procederam recentemente a «inquéritos», perguntando à população «quantas pessoas constituem o agregado familiar do entrevistado, quantas assalhadas precisam» sugerindo depois que «só se o Abecasis ganhar» é que terão direito ao alojamento prometido...

Entre outros, alguns bairros «visitados»: Vila Dias, Pátio dos Lagos, Beco Toucinheiro, Estrada de Chelas, etc. As visitas a estes bairros realizaram-se entre 2 e 12 do corrente...

Silva Graça acusou ainda a «AD» na Câmara de vir agora abrir o bolso, atribuindo a colectividade subsídios que sempre lhes foram negados: 800 contos aqui, 400 ali, 200 acolá... E mais: faz parte da

propaganda da aliança reaccionária ameaçar: no bairro do Calhau fez-se constatar que, se a APU ganhar, as pessoas ficam sem casa...

«Isto reflecte, além do mais, o medo que a «AD» tem da Aliança Povo Unido», afirmou Silva Graça aos jornalistas.

Quanto a irregularidades, há mais: apareceu recentemente na Câmara uma vereadora — Clotilde Guedes da Silva — que perdeu todo o direito ao lugar, após uma ausência de nada mais nada menos que onze meses! Voltou à Câmara em 8 de Novembro. A APU, acompanhada pelo PS, abandonou na altura a sala em sinal de protesto. E hoje os vereadores do Povo Unido apenas participaram no período de antes da Ordem do Dia, tendo já anunciado a intenção de impugnar todas as sessões a partir da aquela data, exigindo que sejam consideradas nulas e de nenhum efeito.

Por fim, uma nota de humor... negro. Silva Graça contou aos jornalistas, estupefactos, que foi lançado um concurso «Disney descobre Lisboa», organizado pela Câmara Municipal.

Ninguém sabia de nada na sessão pública da Câmara acerca de tal concurso. Mas um cromo, com a foto de Abecasis, ladeado pelo Pateta, distribuído com o regulamento do tal concurso, fez Silva Graça perguntar: «Quem paga esta iniciativa? O sr. Abecasis paga ao sr. Pateta, ou é o sr. Pateta que paga ao sr. Abecasis?»

Seja como for, o caso não é só para rir.

Também no Porto «AD»/PS manobram para «apagar» a APU

No passado sábado, a Comissão Coordenadora da APU no Porto emitiu uma declaração acerca de anunciados debates promovidos pela Associação de Desenvolvimento Regional, que convidara o dr. Macedo Varella, candidato da APU à presidência da Câmara portuense, para «participar num debate com os cabeças de lista da «AD» e do PS, eng. Paulo Valada e arq. Rosado Correia. Este convite foi aceite nas exactas condições em que foi formulado», afirma a Coordenadora da APU no primeiro ponto do seu comunicado.

O comunicado prossegue:

«Surpreendentemente, e sem que ao candidato da APU tenha sido previamente dada qualquer satisfação, vem hoje a lume o «JN» a realização desse debate apenas entre os cabeças de lista da «AD» e do PS. Além disso, e sem pré-

vio conhecimento e consentimento do candidato da APU, é também anunciada a realização de um debate sobre o mesmo tema, entre o cabeça de lista do PS e o candidato da APU, dr. Macedo Varella.

«Este comportamento, para além de revelar uma grave falta de ética, assume o significado claro de um inqualificável manobristo político em que aparecem envolvidos a «AD», os dirigentes do PS e a Associação de Desenvolvimento Regional, na qualidade de agente eleitoral do candidato Rosado Correia.

«De facto — afirma a Coordenadora — o que se pretendeu com esta atitude foi, em primeiro lugar, procurar polarizar a opção eleitoral entre Paulo Valada e Rosado Correia; em segundo lugar, apresentar o cabeça de lista do PS como candidatura de carneira quando, pela prática política de seis anos na Câmara do

Porto, está longe de estar demonstrado que Rosado Correia se encontre pessoalmente à esquerda de Paulo Valada; em terceiro lugar, arranjar um pretexto para a duplicação da cobertura jornalística ao candidato Rosado Correia já previamente garantida pelas conhecidas influências na direcção do «JN» e de «O Comércio do Porto».

«Dadas as circunstâncias é evidente que o candidato da APU à presidência da Câmara não aceita intervir no debate anunciado.

«Nestas condições, acentua, a finalizar, a APU do Porto, ganha maior importância e significado o desafio lançado pela APU ao PS e à «AD» para um debate público dos respectivos cabeças de lista, em condições de efectiva igualdade, a realizar numa ampla sala pública da cidade (por exemplo, no Palácio de Cristal, Pavilhão do Académico, ou outra qualquer)».

A APU é quem concorre em mais municípios

A APU é a força política que concorre a maior número de órgãos municipais nas próximas eleições autárquicas. Do total de 305 concelhos em que está dividido o nosso País, compreendendo o Continente e as Regiões Autónomas, a Aliança Povo Unido apresenta listas em 301 — quer às Câmaras, quer às Assembleias Municipais.

É a totalidade dos municípios do Continente e da Madeira, e a quase totalidade dos municípios dos Açores, onde só não concorre em quatro concelhos: Calheta, Santa Cruz da Graciosa, Velas e Corvo — onde, aliás, as listas estiveram formadas e só o mau tempo não permitiu que fossem apresentadas nos prazos legais. Também nos Açores se situa o concelho em que concorremos pela primeira vez. Trata-se de Santa Maria das Flores.

Quanto ao PS, apresenta listas em 300 Câmaras e Assembleias Municipais, também não concorrendo em Calheta (Açores) e em quatro concelhos do Continente: Oleiros, Pampilhosa da Serra e Tabuão, e ainda em Mora, onde a sua ausência resulta de um (entre outros...) acordo com a «AD» para tentar disputar à APU a maioria absoluta que ali detém.

No que respeita à «AD», este motivo (acordos com o PS contra a APU), e não apenas a falta efectiva de apoio, é explicação para o facto de não concorrer senão a 298 das 305 Câmaras — ausente em Cuba e Barrancos, no Crato, em Arraiolos e Borba (todas no Alentejo), e em dois concelhos de Santarém: Golegã e Cartaxo. Aliás, a «AD» como tal (coligação PPD/CDS/PPM) concorre unicamente a 127 Câmaras, isto é, a 41,5 por cento dos concelhos.

O PSD concorre a 170 municípios, o CDS em 110 — o que significa que em cerca de 100 concelhos disputarão entre si os votos do eleitorado de direita.

Além do relevo que merece o facto de mais de 50 por cento dos candidatos pela APU serem independentes, no que respeita à composição das listas e nomeadamente a cabeças de listas, um dado que a distingue de todas as outras forças políticas é a elevada participação de mulheres: 13 mulheres se apresentam pela APU como candidatas à presidência de Câmaras.

Confirmadas todas as candidaturas, o «Avante!» publica hoje os nomes dos candidatos aos órgãos municipais — Câmaras e Assembleias — a que concorre.

Em Tábuia Criminoso dispara contra candidatos

Como se disse, a excepção confirma a regra. E a regra é uma cada vez maior receptividade das populações em relação às propostas da Aliança Povo Unido, dos comunistas e dos seus aliados. Cada vez menos gente embarca nas calúnias lançadas pela direita, nas provocações fomentadas pela reacção. Mas as excepções existem e convém denunciá-las. Casos isolados e escandalosos. Foi o que aconteceu, por exemplo, na noite de 20 para 21 do corrente, em plena Jornada Nacional da APU. Foi no concelho de Tábuia. Um tal Andrade agrediu a tiro activistas da APU.

Era cerca da 1.30 horas quando três candidatos do Povo Unido à Assembleia de Freguesia de Tábuia, que terminavam uma colagem de cartazes tendo acabado de colocar uma faixa apelando ao voto, foram insultados por um tal

José Manuel Andrade. Após os insultos este indivíduo foi a casa da mãe buscar uma cachaça e passados instantes surgiu de novo, disparando dois tiros em direcção aos candidatos. Estes afastaram-se e o Andrade aproximou-se de um deles, que ficara para trás, agredindo-o com os canos da arma na cabeça, após o que delitou abaixo a faixa da APU com novos disparos.

A GNR, depois de verificar os danos causados pelo criminoso, interrogou-o, tendo ele confessado ser autor dos disparos.

Em comunicado tornado público em Tábuia, a APU anuncia ter já accionado todos os processos legais para que tais crimes não fiquem impunes, tendo apresentado queixa no posto da GNR e comunicado, por escrito, à Comissão Nacional de Eleições.

MURPI contra os «aumentos» do MAS

A Comissão Permanente do MURPI, depois de analisar, com a maior preocupação, as consequências do oportunismo eleitoralista anunciado fria e solenemente pelo senhor ministro dos Assuntos Sociais, considera que o Governo «AD» agrava deliberadamente a capacidade económica dos reformados, aumentando a miséria em que estes vivem — afirma um comunicado do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos tornado público após o anúncio dos aumentos das pensões pelo MAS.

Sem um mínimo de sentido de justiça social — continua o comunicado do MURPI —, insatisfeito com o atraso de alguns meses do aumento das pensões, com descarada hipocrisia chama «actualizar as

pensões» a aumentos de 15 e 19 por cento, quando o custo de vida no sector da alimentação, o que mais interessa aos reformados, ultrapassa os 29 por cento no decurso do corrente ano.

As pensões em Dezembro terão a sua capacidade de compra diminuída em relação a Janeiro do corrente ano de cerca de 400\$00 as pensões rurais, e as pensões mínimas de cerca de 500\$00 umas e de 600\$00 outras — acusa ainda o MURPI.

O comunicado sublinha depois que as medidas anunciadas vêm agravar a discriminação, sacrificando os titulares das pensões atribuídas a partir de Janeiro de 1982, que não beneficiam do aumento.

Mais uma vez a lei não é respeitada, triste exemplo

que o povo não esquece. Agora é o Decreto-Lei 724/74 de 18 de Dezembro que é atropelado e assim o subsídio de Natal, em vez de ser atribuído na base do valor da pensão em 1 de Dezembro, é pago sem o aumento que é devido. O MURPI vai desde já recorrer de tão injusta medida para o senhor Provedor de Justiça.

Poder de compra altamente degradado

A CGTP também tomou posição quanto aos anunciados aumentos das pensões, afirmando no comunicado vindo a lume que tais aumentos ficam muito aquém da taxa de inflação prevista para este ano — 24 por cento. «Os pensionistas verão o seu poder de compra altamente degradado», sublinha a central sindical.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses protesta ainda contra a não actualização do subsídio de Natal deste ano. E sublinha:

«A decisão de não actualização do subsídio de Natal deste ano (que por isso será igual ao da pensão de Novembro) contraria o que foi determinado legalmente aquando da instituição do 13.º mês de pensão, em Dezembro de 1974, isto é, que o seu montante seria igual ao da pensão do mês de Dezembro. Desta forma, ilegalmente, o MAS rouba aos pensionistas um mês de aumento de pensão, o que é profundamente injusto e revelador do carácter antipopular deste Governo.»

«Até agora» — diz também a CGTP —, «os aumentos das pensões de sobrevivência têm sido os correspondentes aos

das pensões de invalidez e velhice. No entanto, o MAS anunciou que aumentará só 220 escudos a pensão mínima às viúvas, o que significa um acréscimo de apenas 12,9 por cento em relação à pensão que estava a ser paga, muito inferior portanto à percentagem geral dos aumentos anunciados (média de 17 por cento).»

Depois de ter demarcado o argumento do MAS de que é muito grande o número de beneficiários de pensões, apontando o exemplo dos países da CEE onde a relação de pensionistas/população é sensivelmente o mesmo, o comunicado da CGTP garante que a central sindical «prossiguirá a sua luta pela justa actualização das pensões e subsídios e pela dignificação dos trabalhadores e dos utentes da segurança social».



No último fim-de-semana, o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, esteve no distrito do Porto e designadamente, conforme a foto documenta, na sessão de apresentação de candidatos da freguesia de Oliveira do Douro, em Gaia, onde interveio sobre a situação política e os objectivos do PCP e da APU para as próximas eleições autárquicas. Na tarde de sábado participou também num porta-a-porta na freguesia de Campanhã, e no domingo, num convívio com os candidatos e apoiantes da APU, em Santo Tirso

Os intelectuais subscritores justificam o seu apoio à APU pela convicção de que nela se conforma «a alternativa válida às forças da direita», e sublinham «a procura constante da cooperação e unidade efectiva entre todas as forças democráticas, que fazem da APU a intérprete mais segura dos sentimentos unitários que crescem dia a dia na maioria da população».

Estes sentimentos e prática unitários são, aliás, claramente espelhados no conjunto de 60 nomes que subscrevem a declaração e se constituíram em comissão promotora desta iniciativa na Casa do Alentejo: Adelaide Carvalho, Alfredo Pereira Gomes, Alvaro Salazar, António Cardão Pito, António Carvalho, António Macedo, António Redol, António Vitorino de Almeida, Armindo Rodrigues, Artur Ribeiro dos Santos, Artur Sardinha, Assis Pacheco, Augusto Pascoal, Balaio Rui, Caldeira Rodrigues, Carlos do Carmo, Carlos Costa, Carlos Vieira de Faria, Celestino de Castro, Coutinho Duarte, Daciano Costa, Domingos Moura, Eduardo Paiva Raposo, Elzete Alves, Emílio Rangell, Esteves Belo, Eugénio Alves, Fernando Barreiros Marques, Fernando Bragança Gil, Fernando Lopes Graça, Fernando Silveira Ramos, Frágoso Mendes, Francine Benoit, Francisco Brandão, Gil Teixeira Lopes, Henrique Espírito Santo, Irene Cruz, João de Melo, João Viagas Fernandes, José Felicidade Alves, José Gomes Ferreira, Laginha Serafim, Lia Gama, Luis Cília, Maria Ângela Miguel, Mário Alberto, Marques dos Santos, Maurício de Vasconcelos, Nair Assunção Alves, Nuno Teotónio Pereira, Olga Gonçalves, Pedro Serra, Raúl de Carvalho, Rogério de Moura, Sérgio Niza, Soledad Alves.

namizar o movimento de opinião pública, a consciência nacional; alcançando por vários meios as finalidades que, em boa verdade, cabiam à Assembleia da República». Consideram-se parte das forças sociais e políticas que coerentemente se opõem à AD — como noutro passo do seu manifesto afirmam — «soubaram criar uma dinâmica desincentivadora, travaram a marcha à reacção e às forças que conjuntamente as apoiaram», contribuindo para que a revisão constitucional tenha, apesar de tudo, ficado bastante aquém «do figurino ideológico e programático das forças dominantes durante o período de revisão».

E porque — afirmam a terminar — «a opção há-de fazer-se entre as forças capazes de fazer frente à AD e as que reiteradamente vão servindo os desígnios essenciais das forças mais retrógradas», aos juristas e, em geral, aos intelectuais portugueses «já não basta a profissão de fé nos ideais progressistas e libertadores do 25 de Abril. Urge apoiar as forças que no dia-a-dia, pela sua actuação, pela sua fidelidade, pela dimensão moral da sua actividade política, estão aptas a merecer a confiança da consciência democrática, estão em condições de libertar o nosso povo da miséria, da dependência, do obscurantismo, da opressão». Urge apoiar a APU.

Trabalhadores do Teatro Nacional

Sessenta e seis trabalhadores do Teatro Nacional de D. Maria II divulgaram também o seu apoio às candidaturas da APU, através do documento em que afirmam considerar a Aliança Povo Unido «a única força que lhes oferece garantias de uma gestão autárquica capaz de resolver os problemas que afligem a população de Lisboa, nomeadamente os que se traduzem na total carência de um verdadeiro plano cultural que abranja toda a cidade».

Curado Ribeiro, Mário Pereira, Rogério Paulo, Barroso Lopes, António Lima, Fernanda Lapa, Pedro Ramos, Eunice Muñoz, Henriqueta Maia, Guida Maria, Agueda Sena, Carlos Avilez e Assis Pacheco são, entre os actores, alguns dos trabalhadores do Teatro Nacional que subscrevem este documento.

No Porto trabalhadores da cultura organizam debates

No Porto onde, como já noticiámos, intelectuais de vários sectores de actividade e de opções ideológicas diversas têm manifestado o seu apoio às candidaturas e ao programa da APU, uma série de debates programados sobre os problemas da cultura nas tarefas de democratização e melhoramento das condições de vida da sua população, teve início no sábado, com duas realizações a merecer destaque.

Um deles foi a sessão promovida na ESBAP pela APU

sobre a cidade do Porto, centrada numa exposição do arquitecto Siza Vieira. Foi a história passada e a quase presente da cidade, quando veio Abril e as populações se organizaram, «tiveram apoio governamental e dos militares de Abril»; foi a história de hoje — o abandono das populações aos seus bairros degradados, e o abandono da cidade à incompetência da «AD» e aos especuladores que protege. E a resistência, que se mantém, dos seus moradores.

Terminada a exposição, ilustrada com numerosos slides, nomeadamente sobre o património arquitectónico do Porto que urge defender, houve um animado debate que teve a participação de técnicos e moradores.

A outra iniciativa da APU sobre defesa da cidade e do seu património, a que aludimos acima, foi a primeira mesa redonda de um ciclo denominado «Com a APU, renovar a vida cultural do Porto».

Este primeiro debate realizou-se na Cooperativa Árvore e teve como tema «O centro histórico e as zonas degradadas».

Foi introduzido pelo prof. dr. Armando de Castro e pelos arquitectos Alcino Soutinho, António Madureira e Domingos Tavares e no vivo debate que se seguiu participaram mais de meia centena de técnicos e intelectuais da cidade e diversos eleitos e candidatos da APU, que assim deram o seu contributo para o enriquecimento do programa cultural da candidatura da Aliança Povo Unido para o município do Porto.

O debate confirmou que à «AD» não interessa a resolução dos problemas do povo e que a sua gestão corrupta, ilegal e de compadrio deu cobertura aos negócios mais obscuros e apenas defendeu os grandes interesses monopolistas.

Também o PS teve um papel bastante apagado e marcado por alianças com a «AD», opondo-se a importantes propostas da APU, nomeadamente quanto às zonas degradadas da cidade e aos desalojados da Sé e de Miragaia.

A APU propôs e propõe, entre outras medidas, a recuperação do centro histórico da cidade, necessária à preservação da identidade histórica e cultural do povo portuense; reactivar a acção do CRUAAB, alargando-a a toda a zona histórica da cidade e garantindo aos moradores o direito ao retorno às casas recuperadas; relançar o apoio às associações de moradores, cooperativas de habitação económica e outras organizações populares; prosseguir e iniciar novas operações de recuperação das zonas degradadas, nomeadamente no centro histórico da cidade e de zonas de «buracos», proceder às obras de recuperação das casas devolutas, para o alojamento temporário ou definitivo de moradores, cujas casas não oferecem condições de habitabilidade e de salubridade, promover a recuperação de fogos por iniciativa da Câmara, quer por solicitação dos moradores em substituição dos senhores, quer por acordo com os proprietários.

Uma segunda mesa redonda realizou-se na segunda-feira e teve como tema «O desporto e a cidade».

Trabalhadores

Baixos salários? Mais não!

Aumenta cada vez mais o fosso entre os salários e o que se consegue comprar com eles. E isso quando os salários são pagos — o que não é por exemplo o caso da **Lisnave** e de outras empresas onde os atrasos são frequentes e aumenta a insegurança sempre que se aproxima o fim do mês. Na **Função Pública** e na **Segurança Social**, agora em fase de integração no regime da primeira, é também a questão salarial que mobiliza centenas de milhares de trabalhadores em defesa de um nível de vida em degradação acelerada. O mesmo ocorre com o sector da **metalurgia** e **metalomecânica**. O mesmo na **Setenave** onde a defesa dos postos de trabalho se confunde naturalmente com a defesa da própria empresa nacionalizada, como sucede na **EDP** — tudo sectores e grandes unidades da indústria e do comércio (casos da **EPAC**, **Gelmar**, **Nutripol**) empresas públicas, ou não, onde a política 'AD' continua a reflectir-se ruinosamente.

Cada vez vivemos pior

"Cada vez vivemos pior", São os trabalhadores da Função Pública que se dirigem à população.

Mas bem podiam ser outros. E dirão até que outros precisamente estão muito pior. É verdade sr. Primeiro-Ministro. Mas é falso que o sacrifício — chamemos-lhe assim — que você prometeu nos salários dos TFP vá melhorar a situação de outros trabalhadores.

É certo que estamos em campanha eleitoral. E a "AD" não se esquece de que os rurais assalariados (é só um exemplo) também votam. Mesmo os analfabetos... A "AD" caça o voto assim.

Mas os salários reais dos 380 mil trabalhadores da FP são já inferiores aos de há sete anos. São os mesmos trabalhadores da Função Pública que o afirmam no mesmo papel distribuído no Rossio, quinta-feira passada.

Quem tem ganho com isso? Terão sido por exemplo os assalariados rurais? Para onde foi o dinheiro que os TFP perderam ao longo destes anos? Para a Reforma Agrária? Para os contratos que não são aplicados porque não saem as portarias de extensão para os assalariados agrícolas do norte e centro do País?

Os trabalhadores da Função Pública não aceitam ser o bode expiatório da política deste Governo. Era ainda (e é) a Frente Comum de Sindicatos da Função Pública que o realitava no comunicado do Rossio, enquanto os trabalhadores comiam aí debaixo de chuva um almoço (?). De 60 escudos com um subsídio que o ministro quer aumentar... para 90 durante todo o ano de 1983. A "AD" caça o voto assim?

O Governo não paga

Enquanto que na Função Pública, incluindo a Segurança Social o Governo "AD" tenta impor uma revisão salarial que, a ser aceite, dentro de poucos meses estaria na prática ainda menor que os 11 por cento de 1982, na **Lisnave** e na **Setenave** os trabalhadores defrontam uma situação de instabilidade completa quanto ao próprio pagamento dos salários.

Atrasos, aliás frequentes também em outras grandes empresas, preocupam trabalhadores e sindicatos obrigando à adopção de formas de luta que ainda há poucos dias levaram a maioria dos trabalhadores da Lisnave a vir para a rua e a ocupar a praça do MFA em Almada.

A política de baixos salários deste Governo atinge agora uma fase de rompimento das convenções colectivas por parte

de conselhos de gerência e outras administrações, obrigando os órgãos representativos dos trabalhadores a usar formas de luta pelas quais depois são responsabilizados pela propaganda do Governo perante a opinião pública com a usual manipulação e má-fé.

Ao mesmo tempo que esta situação se degrada nas empresas o sector a que as mesmas pertencem maioritariamente — a metalurgia e a metalomecânica pesada — continua a ser alvo de uma negociação interminável do CCTV (contrato colectivo vertical). Governo e patronato procuram ganhar tempo e desgastar a capacidade de luta e mobilização dos trabalhadores. Apesar dos meios de que dispõem incluindo o divismo esses objectivos não têm sido atingidos pela "AD".

Razões da luta

● **Metalurgia e metalomecânica** — Acções de rua. Paralisações dia 25, meio dia, e 24 horas no dia seguinte. Concentração em Cacilhas e desfile até à praça do MFA em Almada, onde se concentraram os trabalhadores da **Lisnave**. Recusada ameaça de "extensão" das negociações com o SIMA, sindicato paralelo da UGT. Negociações reabertas por iniciativa do patronato que anteriormente pedira a conciliação, processo entretanto encerrado pelo MT. Trabalhadores exigem mais que os 21 por cento da proposta patronal da semana passada.

● **Lisnave** — Nem trabalho, nem salários pagos a tempo. Instabilidade instalada, como na

Setenave. Ameaças de despedimentos em massa. Acções de rua e luta coordenada no sector.

● **Setenave** — Segunda-feira, 29, concentração na empresa desencadeia processo de luta com paralisações todas as manhãs até confirmação das datas em que serão pagos salários de Novembro e 13.º mês. Recusada entretanto a prestação de horas extraordinárias.

● **Função Pública** — Greve nacional na terça-feira, dia 30. Votada pela Frente Comum e pela CNS. Rejeitados aumentos de 16 por cento do Governo 'AD'. Dia 26, "almoço de luta" no Rossio com os 60 escudos do subsídio de refeição actual, que o ministro responsável

quer aumentar para 90. Alguns números divulgados durante a "sandes com chouriço" debaixo de chuva no Rossio: "Inflação em 1981: 20%; aumento decretado pelo Governo (para a FP) 11%; inflação em 1982: 25%; aumento proposto pelo Governo (o mesmo) 16%; subsídio de refeição (em vigor há 18 meses) 60 escudos; subsídio proposto pelo Governo (o mesmo) 90 escudos.

● **EDP** — 24 horas de greve nacional no dia 26 contra o desmembramento da empresa e em defesa das nacionalizações.

● **Segurança Social** — Abrangendo mais de 23 mil trabalhadores, o sector participa, ou apoio, lutas da Função Pública

onde se integra segundo regime actual. Paralisação dia 29 com boa adesão em apoio das reivindicações salariais da FP e das reivindicações específicas do sector, designadamente relacionadas com o horário de trabalho.

● **Médicos** — Aderem à greve da Segurança Social em 29 segundo Sindicato do Sul.

● **Professores** — Embora apoiem as reivindicações da FP, Sindicato da Zona Sul decide participar com outras formas de luta nas acções tendentes a obter aumentos salariais e outras prestações compatíveis com o aumento do custo de vida e a solidariedade que tem caracterizado sempre as lutas no sector.



A defesa de horários condignos tem sido motivo de repelidas acções e forte mobilização dos trabalhadores do comércio. Pormenor de um cartaz de 1979 marcando uma concentração de luta pela "semana inglesa"

Bares, restaurantes Mais horas menos emprego

Com aplicação dependente das câmaras municipais um diploma do Governo 'AD' permite o encerramento de alguns estabelecimentos comerciais depois das 2 horas da manhã.

O Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa, que acaba de eleger o executivo do secretariado da Zona da Baixa, considera que essa medida, além de acelerar o processo de falência de pequenas empresas, vem aumentar os despedimentos.

A alteração dos horários de pastelarias, cafés, restaurantes, centros comerciais e estabelecimentos similares "foi quase que instantaneamente aproveitada pelo município (de Lisboa) o qual, como sabemos, continuará a ser comandado até Dezembro próximo por Krus Abecassis", refere o Sindicato do Comércio e Serviços da capital.

A nova legislação, que pode ser aplicada sempre que uma câmara julgue ser do interesse de "determinadas actividades profissionais" — citamos o Sindicato — não pode obviamente interessar à esmagadora maioria dos estabelecimentos do

sector que, "com dois, três ou quatro trabalhadores, não têm capacidade para se manter em funcionamento consecutivo durante 21 horas (há estabelecimentos abertos desde as 7 às 4 da manhã do dia seguinte), nem dimensões que lhes permitam fazer face à concorrência das grandes empresas", lembra o Sindicato.

Insegurança do emprego, instabilidade da maioria das empresas do ramo, aumento dos contratos a prazo, dos despedimentos e do desemprego é o que vem trazer esta nova medida do Governo 'AD' (D-L 268/82, de 9 de Julho) que só interessa ao grande patronato e a que os trabalhadores estão decididos a resistir não abdicando da "semana inglesa", conquista "histórica que nos é tão querida", reafirma o Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa, no seu boletim da "Zona da Baixa" relativo a Novembro do ano corrente.

PCP

Exposição do 60º aniversário do PCP na cidade de Praga até 17 de Dezembro

● O camarada José Vitoriano participou na jornada de inauguração

Até 17 de Dezembro, está aberta ao público, na cidade de Praga, capital da República Socialista da Checoslováquia, a exposição comemorativa dos 60 anos de vida e luta do Partido Comunista Português. Trata-se da última etapa da longa viagem realizada pela exposição, que esteve anteriormente noutras nações socialistas, onde, em todos os casos, foi acolhida com profundo interesse.

O certame foi inaugurado no Palácio da Cultura de Praga, no passado dia 24, numa sessão em que estiveram pre-

sentes os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP; e J. Polednik, membro

do Secretariado e Secretário do CC do PC da Checoslováquia.

Na ocasião, perante várias personalidades da vida política e cultural da capital checoslovaca, jornalistas e ainda estudantes portugueses que aí se encontram com bolsas de estudo, foram proferidas intervenções primeiro pelo camarada V. Bejda, membro suplente

do CC e chefe do departamento de propaganda e agitação; depois por José Vitoriano; e a encerrar J. Polednik, que reafirmou a existência dos fraternos laços de amizade entre os dois partidos.

Depois de agradecer, em nome do CC do PCP, a possibilidade que os camaradas checoslovacos proporcionaram "de trazer e mostrar ao povo desta bela cidade de Praga a exposição comemorativa dos 60 anos de luta do PCP", o camarada José Vitoriano afirmaria mais adiante:

"Nascido em 1921 como uma consequência natural e como uma necessidade do crescimento da classe operária no nosso país e do desenvolvimento da sua consciência de classe, e ainda por influência da grande Revolução de Outubro que 4 anos antes abalara os alicerces do mundo capitalista, o Partido Comunista Português seria obrigado a mergulhar na clandestinidade 5 anos depois.

"Mas o Partido que em 25 de Abril de 1974 emergiu ao sol da liberdade pouco se assemelhava ao que em 1926 fora forçado à clandestinidade.

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano. A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento.

Saudando a decisão das Nações Unidas tendente à proibição da mais desumana arma de destruição massiva até hoje concebida, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena a vergonhosa posição do Governo português, de servil alinhamento

com as posições agressivas do imperialismo norte-americano.

A votação de Portugal ha ONU fere profundamente a sensibilidade dos jovens portugueses que aspiram a uma vida em paz e que se pronunciam claramente a favor do desarmamento

Internacional

El Salvador

Contra a ingerência imperialista a solidariedade é decisiva!

O maior perigo é uma intervenção por parte dos Estados Unidos. Esta a preocupação que ressalta por toda a América Central. E que é verdade para a Nicarágua. É verdade para El Salvador. É verdade sempre e onde está em causa a luta de libertação dos povos, a defesa da revolução, a própria defesa da paz, a nível regional como a nível mundial.

Uma preocupação central que não é só da América Latina. Que tem a ver com a luta dos povos por todo o mundo. E que simultaneamente surge como um factor, como uma base de solidariedade internacional — indispensável. Porque é exactamente nesse domínio — na denúncia das manobras, da política e da prática intervencionista do imperialismo norte-americano, que mais útil — e mais possível — pode ser a nossa acção, o nosso contributo à luta dos povos dos países sobre os quais, de imediato, pende o perigo maior de uma intervenção armada directa (ainda que através de terceiros).

Neste momento um desses países é El Salvador.

Quase dois anos volvidos sobre a generalização da guerra revolucionária (10 de Janeiro de 1981), poucos meses passados sobre a farsa eleitoral de Março, promovida sob os auspícios da administração Reagan, e que abriu as portas do poder ao agrupamento fascista ARENA, com D'Abuissou à cabeça — o saldo da batalha que se trava no país é de 35 000 mortos. No fundamental população civil, vítima das armas fornecidas pelo governo norte-americano, dos soldados treinados, aos planos elaborados em Washington, dos conselheiros e técnicos que se «formaram» no Vietnam.

Mas há também um outro saldo. E este decisivo.

O governo e as Forças Armadas de El Salvador falavam inicialmente de derrotar a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em três meses. Já lá vão praticamente dois anos.

O impulso da luta revolucionária, não só se traduz na ocupação de facto, pelas forças de libertação, de vastas regiões

do país (podendo dizer-se que o poder de Estado está fundamentalmente confinado aos centros urbanos), num alargamento a nível orgânico e de apoio popular, da FMLN (que engloba as várias forças populares de oposição, nomeadamente os comunistas), como ainda em crescentes problemas entre os partidos no poder e no interior de alguns desses partidos. Problemas nas próprias FFAA — um Exército profissionalizado, técnica e ideologicamente preparado pelos EUA (35 000 efectivos num país cuja população é de cerca de 5 milhões de habitantes).

Em que ponto estamos na luta?

Ser jovem é crime. Foi assim na Nicarágua. É assim hoje em El Salvador. Um facto que só por si reflecte a grande implantação popular, as perspectivas que se abrem para a Frente Farabundo Martí, e em geral para o povo e para a revolução em El Salvador.

Na sua extensão e diversidade, a luta assume diversas formas, de acordo com os condicionamentos gerados pela sua própria dinâmica. E temos, por um lado, as zonas sob controlo da guerrilha, as zonas «em disputa», sob controlo alternado da guerrilha ou do Exército, e ainda as zonas sob controlo total do governo que, como já referimos, quase se reduzem aos meios urbanos.

Nas zonas sob controlo da guerrilha, em que esta assume o poder com carácter permanente, desenvolvem-se formas de poder popular, concretizando-se, dentro da limitação de meios, programas de carácter social e económico. São aí preocupações centrais questões como a educação, quer a nível de alfabetização, quer ainda do ensino de história e

de geografia (a verdadeira realidade actual e histórica nacional, bem diferente do que vem nos manuais escolares oficiais). Destaca-se ainda o esforço tendente a responder aos múltiplos problemas no domínio da saúde — vacinação, o combate ao paludismo e diversas formas de desnutrição e ainda a divulgação de cuidados preventivos e medidas de higiene básica.

Simultaneamente organiza-se a produção agro-pecuária e, o que não é menos importante, a distribuição, com particular atenção para alimentos básicos da população rural salvadorenha, como é o caso do feijão.

Em síntese, constrói-se uma nova vida, paralelamente em esforço quotidiano de defesa.

Nas zonas em disputa, naturalmente que os problemas que se colocam são radicalmente diferentes. O mais importante é o trabalho político sistemático, de organização das populações na luta por alguns problemas prementes, como por exemplo o da água, das comunicações, e outros.

Mas é onde domina totalmente o governo negociado na embaixada dos EUA, após as eleições-farsa — as cidades, e em particular a capital — que a luta é mais complexa. E no entanto talvez mais acessível à nossa compreensão, pelos pontos de contacto que inevitavelmente tem com o que foi a luta antifascista em Portugal. Aqui a grande batalha desenvolve-se na mais estrita clandestinidade. Tanto mais que qualquer descuido tem o preço elevado da própria vida (há pouco mais de quatro centenas de presos políticos, mas a maioria dos patriotas presos são assassinados).

Têm sido possíveis entretanto avanços assinaláveis. Nas difíceis condições de guerra concretizaram-se quatro greves, com resultados positivos. Surgem, paralelamente aos sindicatos-lançoas, outros sindicatos ligados à defesa dos interesses dos trabalhadores. O decreto governamental de congelamento dos aumentos



Crianças salvadorenhas na expectativa de um bombardeamento. Um drama de todos os dias. Quem irá morrer?

salariais tornou-se o alvo principal, o objectivo comum de todo o movimento sindical. Surgem também palavras de ordem abertamente políticas, pelo fim do estado de sítio e da repressão, pela libertação dos presos políticos. Também o professorado e os estudantes lutam organizados nas suas Associações, assim como os profissionais e técnicos.

Contradições

Nos quinze primeiros dias de Novembro as forças da FMLN fizeram 161 baixas ao Exército, capturaram quase uma centena de espingardas e cerca de quarenta e dois mil e quinhentas munições. Nesse mesmo período a FMLN teve 21 baixas. Estamos em plena quarta campanha militar, iniciada a 10 de Outubro. Ao longo destes dois meses, golpes importantes foram dados contra o inimigo do povo salvadorenho. Longe vão os dias em que se afirmava que a guerrilha seria liquidada em três meses.

Face a este ascenso de luta, que consequências?

Em primeiro lugar as contradições entre os partidos de direita e no seio desses mesmos partidos da direita.

O Partido de Conciliação Nacional agrupando médios proprietários, burocratas, tecnocratas, dividiu-se em dois.

A Democracia-Cristã abre-se em três tendências.

Assumem particular agudeza as contradições entre esta Democracia-Cristã e o partido fascista, ARENA, o partido dos latifundiários, o «vencedor» da farsa eleitoral promovida pelos especialistas da Casa Branca.

Em segundo lugar, e perante a evidência dos avanços da guerrilha (apesar dos apoios decisivo do imperialismo à repressão), a «solução» perflha pela direita é cada vez mais o golpismo. A ARENA, igualmente empenhada nessa via, preconiza a utilização indiscriminada do terror, o genocídio. O seu lema é: com a «subversão» não há que ter quaisquer contemplações.

Em terceiro — mas não último — lugar, temos o perigo de uma mais directa intervenção dos EUA. O maior perigo — como é destacado pelas forças revolucionárias salvadorenhas, como pelo povo e o governo revolucionário da Nicarágua, por todos os povos que no continente lutam pela sua libertação.

E assim voltamos ao princípio. A questão da solidariedade. Como um contributo de peso para quebrar a vontade de intervenção do imperialismo. Como o nosso contributo ao êxito da heróica luta do povo salvadorenho.



O quotidiano da guerrilha. Armas à mão mesmo quando simplesmente se está a lavar roupa



Contra o povo palestino que «interesses vitais»?

«Nunca Israel tinha recebido dos Estados Unidos um tão grande apoio», afirmou o ministro israelita Zippori, nos dias da guerra de agressão contra o Líbano.

Palavras claras e significativas que nos introduzem de imediato no âmago do problema central do Médio Oriente — a batalha do povo palestino por o direito a uma pátria, e a oposição por parte do imperialismo, por parte de Israel, por parte também das forças reaccionárias árabes, à concretização desse legítimo e elementar direito. Num momento em que a nível mundial se comemora o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, mais se justifica debruçar-mo-nos sobre factos recentes para melhor compreender o que está em causa. Para melhor compreender o porquê deste foco de tensão que em Washington, em Tel-Aviv, e não só, há quem se empenhe em permanentemente alimentar.

Shultz, Thatcher e C.

O secretário de Estado norte-americano George Shultz, em reunião em Washington com presidentes de municípios palestinos expulsos por Israel em 1980, propôs que os palestinos participassem em negociações de paz «com a condição de que esses palestinos não fossem membros oficiais da OLP», conforme afirmou um dos presidentes de município expulsos.

O «Comité dos Sete», — constituído por representantes da Argélia, Tunísia, Marrocos, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e OLP, e encarregado pela cimeira árabe de Fez de expor o plano árabe de paz para o Médio Oriente aos cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU — não irá a Londres. Isto porque o governo de Thatcher se recusa a receber o representante da OLP, que faz parte dessa delegação.

Na sexta conferência germano-israelita, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo cristão-liberal de Kohl, afirmou a disposição do seu governo de defender os «interesses vitais» de Israel.

Parcem talvez notícias dispersas. Não o são. Dão-nos a imagem da rede de apoios, de interesses, de complicitades, que constituem a base da tensão, a base das agressões e massacres, da recusa à solução do problema do povo palestino. Dão-nos igualmente um indicativo das razões desses apoios.

Assim, os «interesses vitais» de Israel no Médio

Oriente, são os mesmos «interesses vitais» de Kohl, de Thatcher, de Reagan, e também de certos governos árabes.

Os «interesses vitais» de Israel confundem-se com a velha fórmula nazi de «espaço vital» e neste caso à custa dos povos árabes em geral e do povo palestino em particular. Para os Estados Unidos como para o governo conservador inglês ou os democratas-cristãos da RFA, o que está em causa é impedir vitórias do movimento de libertação e das forças populares em terras do Médio Oriente, considerado como importante ponto estratégico. E simultaneamente alargar e reforçar posições — em particular militares — nesta zona.

Por isso os acordos de Camp David que nomeadamente conduziram já à colocação de tropas americanas nos territórios «devolvidos» por Israel ao Egito.

Por isso os massacres no Líbano, destinados a destruir a OLP e a dar um severo golpe nas forças de



A delegação da Liga Árabe em Paris. O «Comité dos Sete» percorre vários países para explicar as resoluções da cimeira de Fez

esquerda libanesas. E que igualmente abriu caminho ao estacionamento de mais tropas americanas nesta zona.

Por isso ainda a admissão da possibilidade de uma terra palestina... sem OLP.

A guerra desconhecida

Nem só com massacres, com bombas de vácuo ou de fragmentação, com campos de refugiados como «modo de vida» de todo um povo, se está a tentar impedir a concretização dos legítimos direitos do povo palestino. Outras formas assume essa batalha. E a arma chama-se anexação.

Neste momento, entre 55 e 60% do território da Cisjordânia foi já confiscado pelo governo de Begin, ou está em vias de o ser. Não se trata só da implantação de pequenos colonatos de judeus virados para a agricultura. Trata-se também, e sobretudo, de grandes centros urbanos. Num estudo sobre os te-

ritórios árabes ocupados por Israel, Meron Benveniste, ex-presidente adjunto do município de Jerusalém, alerta para o que se está a passar na Cisjordânia e em Gaza. «Cidades e aldeias árabes transformaram-se em ghettos, cercados por cidades-dormitórios judaicas, implantações, campos militares, todos ligados entre si por auto-estradas». E Benveniste destaca ainda que uma «dupla sociedade se tem desenvolvido nos territórios ocupados desde 1967: os colonos israelitas dependem administrativa, legal e financeiramente de Jerusalém, enquanto os 1 200 000 palestinos da Cisjordânia e de Gaza vivem sob um regime de ocupação militar».

Se somarmos a isto a tentativa de imposição ao professorado das zonas ocupadas da assinatura de um documento de recusa de contactos com a OLP, ou a perseguição aos presidentes de câmara que defendam os interesses da população palestina e ainda a imposição de facto

de uma administração escolhida por Israel — melhor se compreende a outra face da batalha que se trava para impedir que o povo palestino tenha uma pátria. E mais ainda, para impedir que um Estado progressista nasça no Médio Oriente, uma zona vital que o imperialismo quer a todo o custo manter nas suas mãos.

Tal como as armas, os colonatos também custam dinheiro. O orçamento para a política de implantação nos territórios ocupados é avaliada, em 82, em cerca de 70 milhões de dólares.

Quem financia tudo isto? O governo de Begin pede aos EUA, para 1983, uma ajuda económica da ordem dos três bilhões de dólares (dois bilhões e duzentos mil em 1982). Pedido que tem todas as probabilidades de vir a ser satisfeito.

Nas várias facetas desta guerra cuja quem joga a fundo, e por isso paga, é o imperialismo norte-americano.

Organização de Unidade Africana

Os difíceis caminhos da unidade

O fracasso da XIX Cimeira da Organização de Unidade Africana constitui um rude golpe na conturbada vida da organização, num momento em que a unidade africana seria a arma mais forte para fazer frente à crescente intervenção imperialista em toda a região.

O malogro da Cimeira de Trípoli, primeiro em Agosto e depois na semana passada, ficou a dever-se sem dúvida a manobras bem orquestradas dos serventários dos Estados Unidos, os principais interessados em impedir o debate e mais ainda o consenso sobre questões tão importantes como a independência da Namíbia e a situação de guerra não declarada da África do Sul aos Estados da Linha da Frente, por exemplo.

Os meios utilizados para impedir o trabalho, quer em Agosto quer em Novembro, os que vieram a público, não passaram de pretextos quase fúteis, de pomos de discórdia lançados propositadamente para cima da mesa e nos quais, lamentavelmente, mesmo países progressistas da OUA se deixaram enredar. Em Agosto foi a questão da participação da República Árabe Saharaui Democrática que levou a um impasse. Agora, foi a questão do Chade (as opiniões dividiram-se sobre quais os legítimos representantes daquele país) que provocou o novo fracasso.

Mas seria de facto só isto? Dados vindos a público após o adiamento da Cimeira em Agosto revelam que muitas fo-

ram as obscuras manobras que fizeram de facto naufragar a frágil unidade africana.

O dirigente líbio, Muammar El Khadafi, afirmou possuir provas documentais de que os EUA «haviam aliciado, corrompido e ameaçado» vários países para os convencer a não se deslocarem a Trípoli. O Lesotho denunciou ter sido alvo de pressões por parte da África do Sul, que chegou ao ponto de lhe propor uma doação de terras que lhe dariam uma saída para o mar, a troco do boicote à Cimeira!

Outras informações dão conta da cedência da Serra Leoa a promessas de ajuda económica feitas por países do golfo; de que o Alto Volta não conseguiu suportar as pressões norte-americanas; de que o Níger

trocou a unidade africana por uma barragem cujo financiamento lhe foi assegurado.

Estes exemplos, de modo nenhum exaustivos, são no entanto bem significativos das linhas com que se cozeu o malogro da Cimeira de Trípoli. É evidente que o resultado só foi possível devido às profundas desigualdades políticas e ideológicas dos países membros da OUA, às divergências existentes entre eles e às dificuldades com que sempre se debateram para chegar a uma plataforma de entendimento.

Entendimento que embora difícil tem sido possível, em nome de uma unidade que os africanos conscientes sabem fundamental na luta pela paz e independência dos países da região.

Entendimento posto agora em causa com os bons ofícios dos cavalos de tróia do imperialismo dentro da OUA, no preciso momento em que Washington e Pretória anunciam identidade de opiniões quanto às questões da África Austral e em que o secretário de Estado norte-americano cumpriu uma nova fase de investida diplomática, política e económica em vários países africanos.

São conhecidas as relações dos Estados Unidos com os regimes mais conservadores e

reaccionários da África; não são segredo para ninguém os interesses norte-americanos naquele continente quer económicos quer estratégicos. Para os defender necessitam em primeiro lugar de manter os seus aliados, a sua margem de manobra em toda a região. Para tal, a existência de uma Organização de Unidade Africana só não lhe é completamente intolerável enquanto dela fizerem parte os seus peões e sobretudo enquanto nos organismos mais responsáveis estiverem representantes dos países com quem pode «dialogar».

A substituição do Quénia pela Líbia na liderança da OUA não era propriamente uma mudança agradável para os Estados Unidos. Impedi-la a todo o custo foi sem dúvida um objectivo importante para a política norte-americana em África. E que foi alcançado.

Prever qual o futuro da OUA a partir dos acontecimentos de Trípoli é ainda prematuro. Pese embora a gravidade dos dois fracassos, seria extemporâneo passar a certidão de óbito à Organização.

A unidade é uma caminho difícil de percorrer. Mas tão necessário que os países africanos o não poderão abandonar, sejam quais forem as vias que acabem por encontrar para lá chegar.

Lisboa, Conferência em Março

De 25 a 27 de Março de 1983 vai realizar-se em Lisboa a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, pela direcção Nacional e a Paz na África Austral. Esta a decisão saída do encontro, em Trípoli, dos ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Tanzânia, Botswana, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue e uma delegação da Comissão Preparatória da Conferência.

No encontro foi acentuada a urgência da realização desta Conferência — face à realidade de guerra não declarada que a África do Sul move contra diversos países africanos, em particular Angola; face às múltiplas manobras desenvolvidas no sentido de impor a África uma evolução conforme aos interesses do imperialismo, manobras de que as dificuldades que neste momento se vivem no seio da OUA são uma consequência e um exemplo.

Jugoslávia, há 40 anos uma reunião histórica

Na Primavera de 1941, a Jugoslávia, como grande parte da Europa, foi submetida ao brutal jugo nazi. Poucos meses depois, porém, organizava-se a resistência ao ocupante, dando-se início a um movimento insurreccional pela libertação nacional.

Este movimento de resistência, que assumiu formas diferenciadas de organização e luta nos diversos países europeus, assumiu na Jugoslávia particular envergadura, constituindo, por isso mesmo, pela mobilização de forças inimigas que impôs, um contributo assinalável no quadro da batalha que conduziu à derrota do nazismo no fim da segunda grande guerra.

Em quinze meses o Exército de libertação nacional reuniu 150 000 combatentes, organi-

zados em oito divisões, dois corpos, 80 destacamentos e outras unidades. Perante esta força militar, os nazis foram obrigados a manter na Jugoslávia 30 divisões.

É então que o dirigente jugoslavo Josip Tito decide a convocação da primeira sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia (AVNOJ), que se reuniu a 26 e 27 de Novembro de 1942. A tarefa central era a unificação e orientação, a nível nacional, da organização do poder popular, do trabalho político e da luta pela libertação total do país. Foram definidos os objectivos da luta de libertação nacional e destacada a traição da burguesia no poder no reino da Jugoslávia, que na verdade abriu as portas ao fascismo.

No fim de 1943, o Exército de libertação popular contava com 300 000 combatentes e tinha mesmo a sua marinha e as primeiras unidades aéreas, ocupando mais de metade do território nacional.

A segunda sessão do AVNOJ, realizou-se em território libertado, em Jajce, cidade da Bósnia. Com início em 29 de

Novembro de 1943, esta reunião histórica juntou 142 delegados, representantes de todos os povos e nacionalidades da Jugoslávia, muitos vindos directamente da frente de combate. Aí se estabeleceram as bases da nova Jugoslávia, que a grande vitória sobre o nazismo — da União Soviética e dos povos dominados por Hitler permitiu — concretizar.



Segunda sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Jugoslávia